

PUNHOS, ESPADAS E LIVROS

*As artes marciais no contexto da
Primeira República Chinesa (1912-1949)*

VOLUME 01



RODRIGO WOLFF APOLLONI E JOSÉ OTÁVIO AGUIAR

Rodrigo Wolff Apolloni
José Otávio Aguiar

PUNHOS, ESPADAS E LIVROS

Artes Marciais no contexto da Primeira
República Chinesa (1912-1949)

(Volume 1)

Apoio CNPQ



Campina Grande - PB
2022

A644p	Apolloni, Rodrigo Wolff. Punhos, espadas e livros [recurso eletrônico]: as artes marciais no contexto da primeira república chinesa (1912-1949) volume 1 / Rodrigo Wolff Apolloni, José Otávio Aguiar. – Campina Grande: EDUFCG, 2022. 97 p. : il. color.
	E-book (PDF) ISBN 978-65-86302-58-5
	1. História da Ásia. 2. Artes Marciais – República Chinesa – História. I. Aguiar, José Otávio. II. Título.
	CDU 94(5)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15725

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
editoradaufcg@gmail.com

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho
Reitor

Prof. Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata
Vice-Reitor

Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Rodrigo Wolff Apolloni
Revisão

Arte de R. W. Apolloni sobre imagem do mestre Cheng Weiming (陈微明, 1881-1958) no livro “Espada de Tai-Chi, incluindo a forma longa do Tai-Chi-Chuan” (“極劍 - 附太極長拳”), de sua autoria. Ano da publicação: 1928

Capa

Yasmine Lima
Diagramação

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

SUMÁRIO

.....	
Agradecimentos	7
Apresentação	9
Introdução:	13
Capítulo 01 – Um brevíssimo histórico das AMC no Brasil	13
Primeira aproximação	19
Um Kung-Fu “cantonês”?	21
Inspirações de papel e celuloide	22
As primeiras academias no Brasil	24
Evolução em novos cenários	26
Uma biblioteca da República... na internet	27
Capítulo 02 – Uma redescoberta dos livros instrucionais	29
Um tesouro pouco conhecido	29
Livros, livros instrucionais, manuais	30
Para treinar sozinho	32
Artes Marciais Chinesas (AMC): em busca de uma definição	35
Uma “história” dos livros instrucionais de AMC	37
Uma volta no tempo	39
A ideia marcial de “livro oculto”	39
O “livro em seda” de Mawangdui	41
As monografias marciais da dinastia Han	45
Os livros instrucionais das dinastias Ming e Qing	46
Outros livros e práticas energéticas	48

Capítulo 03 – As AMC e os livros instrucionais no período republicano	51
Nação, AMC, livros e currículos	54
A contribuição de Ma Liang e a “Nova Arte Marcial Chinesa”	55
As sociedades marciais e a Jingwu	57
A Academia Central de Habilidades, de Zhang Zhijiang	62
Um universo de livros instrucionais	66
Uma crítica e uma ponderação sobre o sucesso das AMC no projeto nacional chinês da Primeira República	69
Algumas considerações sobre a relação entre as artes militares e as AMC na China	78
Conclusão ao Volume 1	81
Referências Bibliográficas	83
Sobre os autores	97

AGRADECIMENTOS

Uma obra como esta, focada no conjunto das artes marciais chinesas em seu valor histórico, transnacional e intercultural, só foi possível graças a uma “soma de sortes”.

Em primeiro lugar, a sorte de termos tido a oportunidade de conhecer e praticar Kung-Fu e Tai-Chi-Chuan, algo que só foi possível graças aos esforços, paciência e conhecimentos dos nossos mestres Chan Kowk Wai (patriarca do Kung-Fu em terras brasileiras, falecido no início de 2022), Lee Chung Deh, Jorge Jefremovas e Edecir Martins.

Em segundo lugar, a sorte de podermos contar com a sensibilidade e o interesse da Editora Universitária da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) por um tema que, a despeito de sua relevância crescente (ancorada pelo aumento da influência chinesa no mundo), ainda é visto como “exótico” em muitos círculos acadêmicos.

Em terceiro lugar, a sorte de contarmos com o Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, sempre receptivo a pesquisas associadas ao chamado “Extremo Oriente” e às suas relações com o Brasil.

Em quarto lugar – mas, é claro, não menos importante – a sorte por fazermos parte de nossas famílias, que nos apoiam tanto e com quem dividimos tantos sonhos, esperanças e lutas.

A todas e todos, nosso muito obrigado!

Rodrigo Wolff Apolloni e José Otávio Aguiar.

APRESENTAÇÃO

O que você lerá neste livro, leitor ou leitora, é uma pesquisa de ponta, utilizando não apenas das pesquisas internacionais e atuais sobre artes marciais, como também de análises inéditas de fontes primárias. Isso é uma alegria, pois não parecia possível num passado recente. Há mais de uma década, nos anos 2000, quando comecei a estudar academicamente artes marciais, havia muitas dificuldades: os livros eram caros e eu não tinha dinheiro, a internet ainda era um terreno desconhecido para pesquisa, e a barreira linguística com o inglês e o chinês era quase intransponível. As minhas dificuldades também eram compartilhadas, até certa medida, com boa parte dos outros estudiosos e pesquisadores das artes marciais. Agora, ao ler esse livro, podemos ver um exemplo de superação dessas barreiras: citações de livros internacionais e pesquisas nacionais, amplo uso de recursos virtuais, traduções do inglês e do chinês. É realmente um resultado animador que inova o campo de estudos das artes marciais no Brasil.

Essa animação que o livro me provoca – e imagino que vai provocar em você – é gerada por este ser a expressão madura de uma nova fase das pesquisas sobre artes marciais no Brasil. Vamos enumerar alguns motivos para justificar essa afirmação: (1) o livro vai além de uma mera defesa ou ataque de alguma arte marcial, e apresenta um debate acadêmico com problematizações instigantes; (2)

supera a mera descrição, mostrando, no melhor espírito científico, como o uso de teorias para lançar luz aos dados discutidos esclarece e, em partes, responde os problemas de pesquisa. (3) mais do que apenas teorizar com pesquisadores estrangeiros – o que já seria o esperado –, os nossos autores aqui propuseram, com sucesso, conceitos claros e bem articulados sobre os temas trabalhos.

E quem são os autores desse livro dentro do campo dos estudos em artes marciais no Brasil?

Rodrigo Wolff Apolloni tem uma formação plural, o que o torna um polímata do século XXI. Ele também é um dos raros brasileiros sinólogos – estudiosos especializados na pesquisa das culturas chinesas. Durante sua trajetória acadêmica, ao defender e publicar em 2004 uma dissertação de mestrado em Ciência da Religião sobre a transplantação de uma linhagem marcial chinesa ao Brasil, foi um dos pioneiros da pesquisa empírica sobre artes marciais no país. Assim, ele ajudou a superar a tendência à idealização e à romantização que é tão presente no campo dos estudos das artes marciais, apontado para uma posição mais científica: a de que *devemos observar e analisar como as artes marciais são e não como gostaríamos que fosse*. Desde aquele tempo, ele segue investigando sobre artes marciais, publicando resenhas, traduções e textos autorais inéditos, e, assim, influenciou toda uma nova geração entusiasta em estudar academicamente essas realidades, como é o meu caso e o de muitos outros.

Já José Otávio Aguiar tem um perfil diferente – e, no meu ver, complementar. Ele tem formação linear na área de História, com um sólido conhecimento historiográfico e domínio das teorias da sua área específica e seus temas consagrados. Uma vez concursado como docente efetivo em 2005 na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pouco tempo depois já observamos várias iniciativas individuais e coletivas dele no sentido da pesquisa de realidades asiáticas, inclusive das artes marciais chinesas. Desde então, podemos observar suas contribuições à pesquisa da cultura marcial

chinesa e japonesa por meio de diversas publicações e orientações que têm servido de fundamento histórico de toda uma nova geração.

Como você pode notar, apesar da diferença na formação desses dois pesquisadores experientes e competentes, ambos têm sido fonte de inspiração e de referência da pesquisa em artes marciais no Brasil para as novas gerações. Retomando uma parceria que já dura décadas, na presente obra eles juntaram eficazmente a perspectiva panorâmica transversal de Apolloni com a visão profundamente historiográfica de Aguiar. Como resultado, temos uma escrita instigante, criativa e acurada sobre o tema em que eles se debruçaram.

Com uma clareza metodológica modelar, aqui neste livro eles formularam:

[...] uma questão, para a qual proporemos uma resposta-hipótese: o modelo de ensino das AMC no Brasil, pautado inicialmente na pessoa do mestre chinês – uma figura poderosa, a começar pela titularidade e exclusividade de um conhecimento altamente valorizado –, pode ter estabelecido uma representação mais “arcaica”, que ocultou o amplo movimento de sistematização e popularização das AMC feito pelo primeiro governo republicano em parceria com mestres e intelectuais chineses nas primeiras décadas do século XX?

Essa pergunta foi respondida, em grande medida, ao longo do livro, tecendo dois caminhos que se entrecruzaram. O primeiro caminho foi um exame histórico da formação das artes marciais chinesas desde a Antiguidade, passando pelas transformações dos últimos séculos, até as importantes mudanças da primeira República chinesa, sendo esse último período o foco deles. O segundo caminho foi mostrar a conexão com o Brasil: como alguns mestres de artes marciais chegaram aqui pelo impulso da diáspora chinesa na metade do século XX, e também como os “livros instrucionais” de artes mar-

ciais chinesas chegaram em nossa cultura brasileira. Dissemos que a pergunta foi respondida “em grande medida”, e, não completamente, pois ainda haverá o segundo volume que vai aprofundar justamente na caracterização desses livros instrucionais e seu impacto no ensino e aprendizagem dessas práticas.

Para finalizar, ainda sobre esse primeiro volume, falávamos no início desta apresentação que Apolloni e Aguiar nos fornecem aqui uma obra autoral de qualidade. Considero isso algo ainda raro no Brasil e em toda América Latina. Nós, latino-americanos, ainda estamos embebidos numa dependência intelectual de europeus e estadunidenses (as vezes chamamos de “ocidentais”), sem entender que, se essas fontes são relevantes como referências, são assim justamente por serem mais autorais, por mostrarem novidades em termos de uso de fontes primárias, de métodos e de teorias. Convido você, leitor ou leitora, a se inspirar na postura dessa dupla de autores para produzir também textos mais autorais sobre as artes marciais – ou sobre qualquer outro tema que pesquise. Que a leitura lhe seja prazerosa como foi pra mim.

Dr. Matheus Oliva da Costa¹

Verão de 2022, Ano do Tigre de Água.

[1] Matheus Oliva da Costa é professor de Filosofia da Universidade Estadual de Roraima (UERR), pós-doutorando em Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), membro do grupo de pesquisa Caminhos Marciais, Humanidades e Educação Integral (EDUCAM) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e membro da Associação Latino Americana de Filosofia Intercultural (ALAFI). Pesquisa artes marciais chinesas há mais de uma década, especialmente o Jeet Kune Do e o Tai Chi Chuan (Taijiquan).

INTRODUÇÃO:

PUNHOS, ESPADAS E LIVROS – ARTES MARCIAIS NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA CHINESA (1912-1949)

.....

“Nesse período [a Primeira República Chinesa], manuais de artes marciais eram publicados em grande número para suprir a crescente demanda de entusiastas marciais e praticantes. Essas publicações, por sua vez, impulsionaram o desenvolvimento das artes marciais chinesas.”

Lu Zhouxiang².

No início de 2021, uma discussão acalorada no cenário dos campos de apropriação e invenção de pseudo-legitimidades e mitos de ancianidade das Artes Marciais Chinesas (AMC) no Brasil dizia respeito à liberdade de oferta, por academias e professores, do ensino remoto. Vivia-se, então, um momento crítico da pandemia da SARS Covid-19 e dos descaminhos governamentais para o seu combate em âmbito nacional.

.....

[2]. Lu, 2018.

Essa discussão foi travada nas redes sociais entre um professor do estilo Shaolin do Norte (sistema Sino-Brasileiro de Kung-Fu) que passou a ensinar rotinas tradicionais em formato remoto – divulgando a proposta abertamente em redes sociais – e outros professores e praticantes que se opunham à ideia. Detalhe: esse professor, graduado no Sistema e de segunda geração, possuía, à época, 42 anos de prática marcial, dos quais 30 como proprietário de uma respeitável academia em uma das maiores cidades do país.

Os argumentos contrários ao ensino remoto giravam ao redor de alegações como as de deslegitimação da transmissão, ruptura com a tradição marcial, mercantilização e até apropriação de um “conhecimento de terceiro”. Para além do debate, o caso teve repercussão institucional punitiva, com o docente sendo desligado do Sistema ainda em março daquele ano.

A tensão relativa à “digitalização do ensino”, por certo, era anterior ao momento crítico da pandemia de Covid-19, mas ganhou força com a suspensão temporária das atividades presenciais. Ela nos levou a algumas indagações:

- ▶ Afinal, seria possível “romper a tradição” da transmissão pessoal direta e ensinar arte marcial a distância, pelo computador?
- ▶ Mesmo com a presença de ao menos duas gerações de professores brasileiros formados por seus respectivos sistemas, ainda caberia debater temas como titularidade, legitimidade ou autorizações para a gravação e a difusão, via EAD síncrono ou assíncrono, de rotinas e técnicas?
- ▶ Publicar e difundir essas técnicas na internet não acabaria por “entregar o ouro ao bandido” (no caso, praticantes alienígenas que as recolheriam sem se afiliar ao sistema do emissor e a seus valores)?
- ▶ A quem, afinal, pertenceria esse conhecimento tradicional?

- ▶ O uso das novas tecnologias digitais de alguma forma subverteria um “poder sagrado” residente na transmissão direta mestre-discípulo?
- ▶ Por fim, mas não menos importante: em quais mitos de ancestralidade e legitimidade histórica e transmissiva repousaria esse lastro?

Vale lembrar que, num diálogo com as reflexões de Benedict Anderson, temos que uma comunidade imaginada sempre difere de uma comunidade real (Anderson, 2013). A razão para isso é que a ideia de comunidade não se baseia na interação face a face de seus membros – por razões práticas, não pode ser assim. O autor “carrega nas cores” ao afirmar, em suma, que nada mais amplo do que um vilarejo pode ser uma comunidade real, já que, para além deste ambiente social mínimo, é impossível que todos seus membros se conheçam.

Toda e qualquer comunidade humana mais extensa do que a aldeia primitiva é, para além de pretensas afinidades étnicas, religiosas, linguísticas ou políticas, “imaginada”. Nesse sentido, embora aqui não tratemos de nacionalismo, mas de um outro contexto de idealizações e construção de tradições, pensamos que as comunidades praticantes de artes marciais são também, a seu modo, “imaginadas.” Elas existem, é claro, e se afirmam no contexto social em termos materiais, mas também de representação e de auto representação.

Todas essas dúvidas e associações analógicas merecem leitura, registro e análise pelo historiador que investiga as AMC em nosso país. Sendo um dos autores deste livro um professor e praticante associado às partes em disputa – excessivamente próximo do objeto de pesquisa, enfim –, não pretendemos abordá-las diretamente³. Em

.....
[3]. Rodrigo Wolff Apolloni é professor formado pelo Sistema Sino-Brasileiro de Kung-Fu, graduado tanto pelo professor que lançou o polémico EAD quanto pelo patriarca do sistema no Brasil, o grão-mestre Chan Kowk Wai (1934-2022).

verdade, elas se converteram em inspiração para uma outra investigação, que também diz respeito à relação entre as AMC e o ensino a distância. E que, acreditamos, pode contribuir para a discussão atual.

Na investigação que dá ensejo a este volume (o primeiro, de dois), trabalhamos com os livros instrucionais de AMC do primeiro período republicano chinês, que vai de 1911 a 1949 (Fig. 01). São obras tremendamente importantes para a organização da arte marcial que conhecemos e praticamos atualmente no Brasil e em muitos lugares do mundo. No período em que foram publicadas (em especial até 1937, ano em que tem início a segunda guerra sino-japonesa), elas se entrelaçaram profundamente com a política, tendo sido uma parte importante dos esforços de transformar as AMC em elemento de fortalecimento da identidade, autoimagem e poder nacionais da China.

Esses livros, inclusive, ajudaram a estruturar a ideia de “comunidade marcial chinesa” – real e imaginada –, inclusive nos países de transplantação das AMC no pós-1949. Vale observar que, com a chegada dos comunistas ao poder no continente, houve uma dispersão de mestres de orientação nacionalista por vários países, o que acabou colaborando de forma decisiva para a “semeadura” e o florescimento das AMC em escala global.

A ideia deste livro é fazer uma apresentação dessas obras (no volume 01) e buscar indícios de sua recepção pelos praticantes brasileiros (no volume 02), inclusive no que respeita a elas representarem uma proposta antiga – anterior à transplantação das AMC para o Brasil – de ensino a distância.

Levantamos, ainda, uma questão, para a qual proporemos uma resposta-hipótese: o modelo de ensino das AMC no Brasil, pautado inicialmente na pessoa do mestre chinês – uma figura poderosa, a começar pela titularidade e exclusividade de um conhecimento altamente valorizado –, pode ter estabelecido uma representação mais “arcaica”, que ocultou o amplo movimento de sistematização e

popularização das AMC feito pelo primeiro governo republicano em parceria com mestres e intelectuais chineses nas primeiras décadas do século XX?

O tema dos livros instrucionais, vale observar, vem ganhando visibilidade no Ocidente (aqui compreendido como o conjunto de territórios situado fora da própria China, tendo seu “epicentro” nos países europeus e nos Estados Unidos – esta definição, porém, oferece apenas mais uma possibilidade instrumental), em especial pelo surgimento recente de um maior número de boas traduções destas obras para o inglês, normalmente acompanhadas pelos textos originais em chinês, assim como de artigos e livros acadêmicos, especialmente em língua inglesa. Um campo interessante, mas ainda pouco explorado nos universos acadêmico e marcial do nosso país.

FIG. 01 – LIVROS INSTRUCIONAIS SOBRE TAI-CHI-CHUAN PUBLICADOS DURANTE O PRIMEIRO PERÍODO REPUBLICANO CHINÊS, EM IMAGEM PARA LEILÃO VIRTUAL.



Fonte: Artron Auctions (雅昌拍卖, *Yǎchāng pāimài*), República Popular da China.

CAPÍTULO 01

UM BREVISSIMO HISTÓRICO DAS AMC NO BRASIL

Primeira aproximação

As AMC são praticadas no Brasil desde os anos 1960. Foi quando chegaram ao país vários mestres originários, oriundos da “diáspora chinesa” do pós-1949⁴. Por “diáspora”, em um conceito genérico, podemos entender a saída forçada e de longa duração, muitas vezes com ruptura de laços locais, de populações de suas regiões de origem. Um fenômeno resultante de fenômenos naturais, econômicos ou sociais extremos, como guerras e campanhas institucionalizadas de sequestro (caso dos povos escravizados), discriminação, expulsão e extermínio⁵.

No caso da diáspora chinesa de 1949, ela afetou pessoas e famílias associadas ao poder nacionalista liderado por Chiang Kai-shek (1887- 1975), consideradas inimigas do regime comunista de Mao

[4]. A respeito das diásporas chinesas ao longo da história, ver Academy for Cultural Diplomacy.

[5]. Para uma discussão mais ampla sobre o conceito de diáspora e a problemática a ele relacionada, ver Kenny, 2013.

Zedong (1893-1976). Derrotadas no continente, elas se deslocaram para Taiwan, Hong-Kong e outras regiões. Muitas vezes, deixaram esses locais e seguiram a outros países, como Estados Unidos, Canadá e Brasil.

No caso dos mestres e professores de AMC da Primeira República, vale observar que muitos se uniram às tropas de ambos os lados durante o conflito pelo poder. Alguns, inclusive, se tornaram colaboradores dos invasores japoneses, como é o caso de Chu Minyi (1884-1946) e Ma Liang (1875-1947). Ambos acabaram presos após a rendição do Japão: o primeiro acabou executado e o segundo morreu na prisão.

Os professores e mestres que se haviam afiliado à banda nacionalista – uma maioria, se considerarmos a proximidade entre a comunidade marcial e o governo republicano (formado pelo Kuomintang, o Partido Nacionalista Chinês) – se viram diante de problemas em relação aos novos governantes comunistas. Isso obrigou seu ocultamento ou saída da China continental.

O Brasil foi um dos países que receberam esses personagens. Entre os “filhos da diáspora” – alguns, crianças ou adolescentes por ocasião do período revolucionário – estão os mestres Wong Sun Keung (chegada ao Brasil: 1959), Chan Kowk Wai (chegada em 1960), Chiu Ping Lok (1961) e Liu Pai Lin (1975). Outros mestres, nascidos na então colônia britânica de Hong Kong antes ou depois de 1949, são Thomas Lo Siu Chung (chegada ao Brasil: 1969/1970), Li Wing Kay (1971) e Li Hon Ki (1979)⁶. Todos, extremamente importantes para a construção das AMC entre nós. Certamente, há outros mestres menos conhecidos, que emigraram para cidades brasileiras de menor

[6]. Um trabalho importante de registro das vozes dos mestres Wong Sun Kueng, Chan Kowk Wai, Thomas Lo Siu Chung, Li Wing Kay e Li Hon Ki foi feito por Fernando Dandoro Castilho Ferreira (2013).

porte (fora das metrópoles da região Sudeste) ou, então, que optaram por trabalhar a questão marcial em um contexto mais privado. Eles também desempenharam um papel importante para a consolidação das AMC no Brasil.

Um Kung-Fu “cantonês”?

Um dado interessante, ainda que não diga respeito diretamente a este estudo, se refere à região de origem dos “mestres fundadores”: dos sete indicados, seis são oriundos do sul da China, sendo três da área continental (Guandong/Cantão) e três de Hong Kong – o que apenas confirma a força das AMC nesta porção do país. Apenas Liu Pai Lin é nascido na região norte, na metrópole costeira de Tianjin – um dos principais centros da Rebelião dos Boxers (Fig. 02).

FIG. 02 – MAPA DA CHINA, COM DESTAQUE PARA A REGIÃO SUL (GUANGDONG E HONG KONG) E PARA A CIDADE DE TIANJIN.

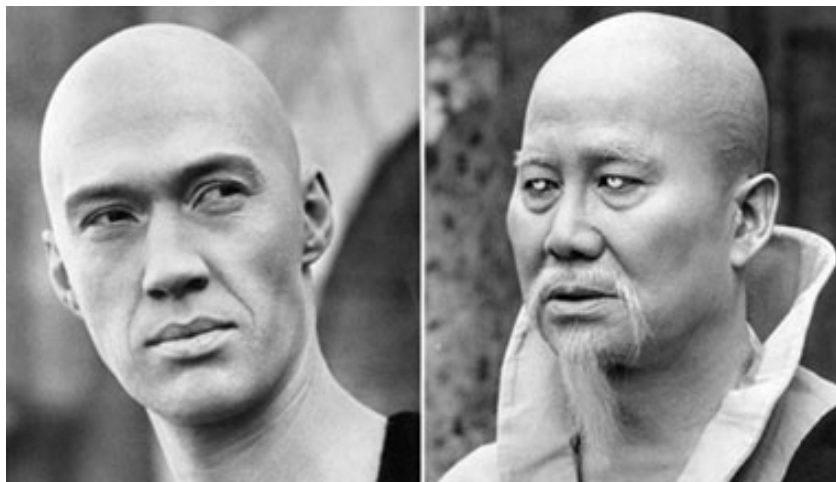


Fonte: Wikimedia Commons, mapas editados pelos autores.

Inspirações de papel e celuloide

Estamos nos anos 1960, período de chegada das AMC ao Brasil. Nesse período também teve início uma “onda Kung-Fu”⁷ global, nascida do sucesso de Bruce Lee (1940-1973), do cinema marcial de Hong Kong, do seriado de tevê “Kung-Fu”⁸ (1972-1975, Fig. 03), de personagens dos quadrinhos como “Shang-Chi” (1973, Fig. 04) e de revistas e livros vendidos em bancas de revistas (como, no Brasil, os livros do pioneiro Marco Natali, um não chinês)⁹.

Fig. 03 – KWAI CHANG CAINE (DAVID CARRADINE, 1936-2009) E MESTRE PO (KEYE LUKE, 1904-1991), PERSONAGENS DO SERIADO DE TEVÊ “KUNG FU” (ABC, 1972 A 1975).



Fonte: Wikimedia.

[7]. Chamada de “Kung Fu Crazy” por Benjamin Judkins e de “Kung Fu Fever” por Lu Zhouxiang. Ver Judkins, 2014, e Lu, 2018, p. 01.

[8]. “Kung-Fu” pode ser traduzido como a maestria (Fu) adquirida graças a um trabalho dedicado e meritório (Gong). Apesar de apontado como impreciso por muitos autores – que preferem formas como “Kuoshu” ou “Wushu”, o termo se consagrou no Ocidente. Para uma análise aprofundada do termo, origem, difusão, remigração e implicações políticas, ver Judkins, 2014.

[9]. A esse respeito, ver Apolloni, 2004, pp. 77-118.

Fig. 04 – CAPA DE “SHANG-CHI”, SPECIAL MARVEL EDITION #16 (DE FEVEREIRO DE 1974) E BRUCE LEE (1940-1973) EM 1973.



Fonte: Wikimedia.

Um movimento de “abertura ao outro” que também se beneficiou da valorização de certos aspectos da Ásia, percebida na Contracultura e na Nova Era.

Ainda que construídas no universo da indústria do entretenimento, as “histórias do Kung-Fu” eram, em seu espírito, tributárias de um antigo gênero literário sínico, o Wuxia¹⁰, que inspirava a imaginação popular desde, pelo menos, o século XIV (com histórias como “À Margem das Águas” (Fig. 05), e o cinema chinês já nos anos 1920. Elas enfeixavam aventura, mistério, violência, exotismo, recompensa, conhecimento marcial, coragem, abnegação, superação, senso de justiça, ética e conexão com um mundo antigo e venerável.

[10]. Wuxia: “cavaleiro marcial”. A esse gênero pertencem obras como “À margem das Águas” (séc. XIV), “Romance dos Três Reinos” (séc. XVI) e “Notas de Viagem [para o] Oeste (séc. XVI).

FIGURA 05 – GRAVURAS DE KATSUSHIKA HOKUSAI (1760-1849) PARA UMA EDIÇÃO JAPONESA DE “À MARGEM DAS ÁGUAS” DE 1829.



Fonte: Metropolitan Museum of Art.

As primeiras academias no Brasil

Ao abrir suas academias no Brasil, os mestres chineses se beneficiaram de um momento de ouro, para o qual também colaboraram. Eles ofereciam serviços de qualidade e de grande interesse – arte marcial chinesa verdadeira – para um grupo não desprezível de interessados. E, nos anos 1970 e 1980, formaram as primeiras gerações

de professores brasileiros em cidades como São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Florianópolis e Rio de Janeiro.

Os conteúdos eram apreendidos pelos praticantes a partir de duas fontes complementares. Em primeiro lugar, dos próprios mestres, que ensinavam técnicas com e sem armas, rotinas (conhecidas como kati, “sequência”, “encadeamento”, ou taolu, “rotina”, “sequência”), rituais de academia (saudações, cerimônias de incenso), mitos marciais, a panóplia marcial e a iconografia dos ideogramas das camisetas e placas. Esse processo era baseado no reconhecimento do talento e na confiança no transmissor (via de regra, os mestres chineses eram os únicos representantes de suas linhagens no Brasil), assim como no aprendizado, repetição, compreensão e replicação autorizada dos conhecimentos.

Em segundo lugar, os conteúdos eram absorvidos dos produtos da indústria de entretenimento, que oferecia uma narrativa capaz de, ao mesmo tempo, produzir e suprir carências relacionadas à história das AMC e seus elementos filosóficos, éticos, religiosos e iconográficos. A figura de Kwai Chang Caine (personagem de David Carradine) seguindo rumo ao horizonte no final de cada episódio de “Kung-Fu” é, em nossa avaliação cultural, a melhor representação dessa faceta “heroico-filosófica” (ou seja, uma soma de sabedoria e coragem) ansiada pelos praticantes brasileiros do período.

Da soma entre técnica original e narrativa tradicional midiaticizada emergiu um imaginário que, nas décadas seguintes, consolidou as AMC no Brasil (Apolloni, 2002). Em tempo: o conceito de imaginário é amplo e abrange muitas possibilidades. Seguimos Michel Maffesoli, para quem o imaginário representa o estado de espírito de um grupo, sua cultura e a aura que a ultrapassa e alimenta. Que traz um elemento racional, organizador, mas também parâmetros

como o onírico, o não racional, o irracional, o lúdico, a fantasia, o imaginativo e o afetivo (silva, 2001, pp. 74-82).

Evolução em novos cenários

O *boom* Kung-Fu dos anos 1970 e 1980 passou, deixando um ambiente transformado. As palavras “kung fu” e “tai chi chuan”, por exemplo, foram incorporadas ao português brasileiro e dicionarizadas. Além disso, atualmente é possível encontrar academias e professores de AMC em todas as regiões do Brasil, assim como federações estaduais e uma confederação nacional reconhecida pelo Conselho Olímpico Brasileiro (COB). O país, aliás, participa de competições internacionais com um selecionado oficial desde 1990^[11].

Acreditamos, porém, que o imaginário das novas gerações de praticantes brasileiros traz diferenças em relação ao de seus antecessores. Se, nos anos iniciais, prevaleciam os conhecimentos originários dos mestres chineses e a paixão pela novidade e pelos conteúdos oferecidos por uma mídia não digital, atualmente boa parte dos mestres é não descendente de chineses, e a antiga ânsia, decantada e desencantada pelo que se tornou conhecido, é apaziguada por uma oferta extraordinária, digital, de conteúdos sobre AMC e outras práticas marciais.

São três, cremos, os motores dessa transformação: em primeiro lugar, a incorporação, mimese e normalização de elementos do gênero Wuxia no cinema de ação e nos jogos eletrônicos, de “Matrix” a “Mortal Kombat”.

Em segundo lugar está a internet, que rompeu o isolamento dos nossos praticantes em relação ao universo das AMC no restante do mundo. Entre os conteúdos disponíveis estão informações sobre

[11]. Confederação Brasileira de Kungfu Wushu (CBKW), aba “Histórico”.

academias, professores e eventos, assim como livros, manuais e vídeos instrucionais de produção recente, originários especialmente dos Estados Unidos.

Há, também, livros e vídeos oriundos da República Popular da China, boa parte, porém, disponível apenas em chinês; uma exceção importante, aqui, são os livros das editoras oficiais chinesas que publicam em línguas estrangeiras, como a New World Press e a Foreign Languages Press. Vale observar, ainda, a dificuldade de acesso de conteúdos da internet chinesa, que inviabiliza, por exemplo, a realização de downloads.

No contexto digital mais amplo, também se contam estudos acadêmicos apresentados em fóruns e sites (como o “Kung-Fu Tea”, de Benjamin Judkins, professor da Universidade de Cornell)^[12], assim como livros escritos por pesquisadores como Stanley Henning, Meir Shahar, Peter Lorge, Lu Zhouxiang, Douglas Wile, Robert W. Smith, Brian Kennedy e Elizabeth Guo. Não incluímos nessas considerações os estudos acadêmicos relacionados à saúde, que fogem ao escopo deste trabalho, e nem os estudos produzidos em chinês sobre o tema, de difícil acesso.

Uma biblioteca da República... na internet

O ambiente virtual também fornece um certo número de livros do “Período Clássico” ou “Era de Ouro” (Lu, 2018) das AMC, que vai de 1910 até 1937, quando teve início a segunda guerra sino-japonesa. Obras que, ao menos no universo brasileiro da modalidade, eram praticamente desconhecidas até recentemente.

Esses volumes, que são recolhidos junto a praticantes e em sebos, arquivos e bibliotecas na China e em sua zona de influência

[12]. Site oficial: <https://chinesemartialstudies.com/> (c. 05.02.21).

cultural, têm como o seu maior difusor o tradutor estadunidense Paul Brennan. Desde 2011, ele recebe as obras – originais e cópias – de aficionados por AMC; em troca, realiza e disponibiliza as traduções gratuitamente em seu blog, junto com os textos originais¹³. Suas traduções abrangem obras que vão do século XVI aos anos 1960, com foco no período republicano. Há, também, editoras especializadas na busca, tradução e republicação dessas obras – caso da Blue Snake Books, divisão marcial da North Atlantic Books¹⁴.

O terceiro motor da transformação da cena do Kung-Fu é a República Popular da China (RPC), que impulsiona, busca controlar e cultiva o interesse por seu idioma, conteúdos culturais, esportivos e de *soft power* – caso das AMC. Da RPC vem, por exemplo, uma ênfase renovada sobre modalidades marciais-desportivas como o *shuaijiao* (“suspender e derrubar”, em uma tradução aproximada), assim como rotinas de competição, torneios, armas tradicionais (vendidas em todo o mundo), trajes e equipamentos de treinamento.

No caso do Brasil, há, ainda, um interesse crescente pelo aprendizado do mandarim¹⁵, assim como praticantes locais de AMC que dedicam esforços para introduzir a modalidade no universo acadêmico com pesquisas, artigos, dissertações e teses em áreas que vão da Fisioterapia à Ciência da Religião.

[13]. As traduções de Paul Brennan são publicadas em <https://brennantranslation.wordpress.com/> (c. 03.02.21). Na medida em que citaremos muitas vezes esses trabalhos, usaremos uma forma abreviada de indicação - “PB, [endereço eletrônico]” – nas notas de rodapé. Em tempo: o processo de recebimento e disponibilização dos textos originais nos foi confirmado pelo próprio Paul Brennan em comunicação por e-mail no dia 02.03.21.

[14]. Site oficial: <https://www.northatlanticbooks.com/blue-snake-books/> (c. 03.08.21).

[15]. Estudar Fora, 2020.

CAPÍTULO 02

UMA REDESCOBERTA DOS LIVROS INSTRUCIONAIS

Um tesouro pouco conhecido

Nosso objeto, neste trabalho, são os livros instrucionais de AMC do primeiro período republicano chinês, sua história e estruturação e, em um segundo momento, sua receptividade em nosso país. Essas obras conectam conhecimentos difundidos pelos mestres originários há décadas no Brasil com a própria China do início do século XX. Abrem, portanto, uma porta para um universo marcial tradicional até então disponível, entre nós, apenas pela transmissão direta mestre-discípulo – e podem funcionar como elemento extra de conhecimento.

Um exemplo desse “duplo conhecimento” (mestre originário + livro instrucional) é o do Tai-Chi-Chuan em 116 movimentos da Escola Yang, ensinado há décadas pelo grão-mestre Chan Kowk Wai a partir da linhagem de Gu Ruzhang (1894-1942).

Desde 2013, graças à iniciativa de Paul Brennan, os praticantes que não dominam a língua chinesa têm acesso à tradução ao inglês e ao texto original do livro instrucional da forma escrito pelo pró-

prio Gu Ruzhang e publicado em 1936¹⁶. A obra, vale observar, era desconhecida pelos praticantes brasileiros até seu “relançamento” virtual. Ao ser examinada, ela confirmou a acuidade técnica dos ensinamentos transmitidos por Chan Kowk Wai. Em 2015, aliás, o próprio grão-mestre Chan lançou seu próprio livro sobre a forma em 116 movimentos (Chan, 2015, 2020).

A existência dos livros instrucionais nos permite observar, ainda, outro aspecto relacionado às AMC: seu vínculo profundo com a Primeira República Chinesa. Um período em que, como veremos à frente, houve um engajamento político e uma aceleração metodológica, curricular e institucional dessas artes, com reflexos definitivos sobre o cenário presente.

Antes de “avançar pelos alfarrábios”, porém, pensamos que é importante considerar dois conceitos: os de “livro instrucional” e de “Artes Marciais Chinesas” (AMC).

Livros, livros instrucionais, manuais

Ao examinar as obras em questão, percebemos que seus autores, mestres reconhecidos pela comunidade marcial e pelo governo republicano, se referiam aos seus trabalhos como “書籍” (*shūjí*, “livro” ou “obra”) ou “學” (*xué*, “estudo”). É o caso do mestre Sun Lutang (1860-1933), que usou “Estudo” nos títulos de quatro dos seis volumes que escreveu: “Estudo sobre o Xing-I Chuan” (1915), “Estudo sobre o Pakua Chuan” (1917), “Estudo sobre o Tai-Chi-Chuan” (1921) e “Estudo sobre a Espada Reta do Pakua” (1927).

Para diferenciar nosso objeto de pesquisa de outros livros associados às AMC produzidos no período – como novelas Wuxia ou estu-

[16]. Disponível em PB, <https://bit.ly/3BQJAGA> (c. 03.08.21).

dos históricos –, decidimos denominá-los “livros instrucionais”, termo para o qual não encontramos uma tradução exata para o chinês.

Ainda que a maior parte das obras possa se encaixar na definição dicionarizada de “manual” – 手冊, *shǒucè*, normalmente usada para indicar um manual que ensina técnicas –, não optamos pelo termo. E isso porque, em chinês, “manual” possui menor peso simbólico ou dignidade que “livro”. Tanto, que não aparece em nenhum dos trabalhos traduzidos por Paul Brennan, como nos foi informado pessoalmente por ele¹⁷.

Essa, contudo, é uma questão de escolha dos autores deste livro baseada em aspectos que eles consideram relevantes nos limites da linguagem e da tradução. Um estudo pioneiro publicado sobre o tema, de Brian Kennedy e Elizabeth Guo (2005), por exemplo, opta pela tradução mais simples e direta – seu título é “Manuais de Treinamento das Artes Marciais Chinesas – uma Pesquisa Histórica” (*“Chinese Martial Arts Training Manuals – A Historical Survey”*).

Em uma definição geral, “livros instrucionais” são volumes diretamente relacionados ao ensino de técnicas ou de uma rotina de AMC, produzidos por um mestre reconhecido no meio marcial do período republicano. Em nossa pesquisa, adotamos os termos “livro” para preservar a indicação simbólica original feita pelos autores e “instrucional” para caracterizar sua finalidade essencial: ensinar determinados elementos das AMC – princípios e técnicas – sem a presença física do mestre.

E qual seria o papel mais amplo desses livros? Para seus autores, essas obras funcionavam como meio de expansão do próprio trabalho e de perenização, por escrito, dos conteúdos associados à escola/estilo criado ou representado. Normalmente, elas também afirmavam um compromisso pessoal do autor com o projeto nacio-

[17]. Em resposta, no dia 16 de maio de 2021, a uma indagação nossa feita por e-mail. Ele, inclusive, ressaltou a questão do peso simbólico das expressões.

nal, oficial, de uma China forte e moderna, funcionando ainda como marcadores de prestígio junto ao governo republicano, à comunidade marcial e à sociedade.

Para os alunos, elas eram guias de consulta para revisão e reforço dos conhecimentos recebidos durante as aulas presenciais. Ou, então, para o aprendizado por conta própria, em um formato “sem mestre”. É possível ainda que, quando adquiridas diretamente pelo praticante junto ao autor (o mestre), essas obras eventualmente recebessem uma carga simbólica extra, assumindo uma característica de “reliquia marcial”. Essa possibilidade se escora em fatos que testemunhamos em nossa própria vivência marcial, brasileira. Não é raro que certos objetos recebidos do próprio professor ou mestre – arma, camiseta, livro, anotação ou autógrafo – se tornem objetos de uma reverência especial por seu portador.

Voltando a examinar o uso dos livros instrucionais para aprendizado por conta própria, podemos afirmar que ele é importante porque indica uma ruptura em relação à ideia de que, nas AMC, a transmissão deve, necessariamente, ser pessoal e direta, professor/aluno ou mestre/discípulo. Uma ideia muito comum no meio marcial brasileiro do século XXI – que, inclusive, ensejou a produção deste livro –, mas que foi relativizada no período republicano diante de um desejo de popularização e conversão dessas artes em fator de identidade e união nacionais.

Para treinar sozinho

Em seus arrazoados, os livros instrucionais afirmam claramente a possibilidade do ensino a distância em modo assíncrono – em um contexto escolar ou doméstico –, desde que o leitor-estudante se dedique ao aprendizado com a devida seriedade e afincamento. Isso é

afirmado pelo próprio mestre Gu Ruzhang (Fig. 06) no prefácio ao já referido livro da forma de Tai-Chi-Chuan Yang:

Cada passo [da forma] possui a respectiva imagem anexada. Procure o belo cavalo usando apenas uma imagem [isto é, busque o conhecimento a partir desses indícios]. Aqueles que pretendem seguir este método com entusiasmo, se não tiverem tempo para estudar com um especialista, podem estudar por conta própria.¹⁸

E também por Sun Lutang (Fig. 06), no prefácio a seu livro “Um Estudo de Tai-Chi-Chuan” (1921):

Este livro possui vários referenciais gráficos – ilustrações e fotografias. Todos os interessados podem consultar os diagramas para emular os movimentos. Com esforço verdadeiro, eles alcançarão [a meta do aprendizado]. [Ao se dedicar] por muito tempo, não é raro que alcancem o nível maravilhoso [desta] luta. A essência interna deste livro relata o que foi transmitido por vários professores.¹⁹

[18]. Tradução livre. Texto original: “各式均有附圖。按圖索驥。演練架式。俾熱心斯道。而無暇就學者。可以自修。” (Gè shì jūn yǒu fù tú. Àn tú suǒ jì. Yǎn liàn jià shì. Bǐ rè xīn sī dào. Ēr wú xiá jiù xué zhě. Kě yǐ zì xiū.). Disponível em PB, <https://bit.ly/3BQJAGA> (c. 03.08.21). “Procure o belo cavalo usando apenas uma imagem” (“按圖索驥”) é uma expressão idiomática chinesa com o sentido indicado na tradução, de encontrar algo a partir de indícios.

[19]. Tradução livre. Texto original: “書中各式之圖。均有電照本像。又加以圖解。庶有志於此者可按圖摹仿。實力作去。久之不難得拳中之妙用。[書中皆述諸先生之實理。並無文法可觀。其間有舛錯不合者。書中各式之圖。均有電照本像。又加以圖解。] [庶有志於此者可按圖摹仿。實力作去。久之不難得拳中之妙用。書中皆述諸先生之實理。] (Shū zhōng gè shì zhī tú. Jūn yǒu diàn zhào běn xiàng. Yòu jiā yǐ tú jiě. Shù yǒu zhì yú cǐ zhě kě àn tú mó fǎng. Shǐ lì zuò qù. Jiǔ zhī bù nán dé quán zhōng zhī miào yòng. Shū zhōng jiē shù zhū xiānshēng zhī shí lǐ. Bìng wú wén fǎ kě guān. Qǐ jiān yǒu chuān cuò bù hé zhě. Shū zhōng gè shì zhī tú. Jūn yǒu diàn zhào běn xiàng. Yòu jiā yǐ tú jiě. Shù yǒu zhì yú cǐ zhě kě àn tú mó fǎng. Shǐ lì zuò qù. Jiǔ zhī bù nán dé quán zhōng zhī miào yòng. Shū zhōng jiē shù zhū xiānshēng zhī shí lǐ.). Texto completo disponível em PB, <https://bit.ly/3tW25ip> (c. 18.05.21).

Fig. 06 – RETRATOS DOS MESTRES GU RZHANG (E) E SUN LUTANG (D), EXTRAÍDOS DOS RESPECTIVOS MANUAIS DE TAI-CHI-CHUAN, DE 1936 E DE 1921.



Fonte: Brennan Translation, obras “Tai-Chi-Chuan” (E) e “Um Estudo sobre o Tai-Chi-Chuan” (D)

Outros exemplos dessa “autorização para aprender sozinho” podem ser pinçados em muitas obras. A ideia não só *não era problemática*, como fazia sentido em relação ao momento vivido na China.

Os livros instrucionais, como veremos, ganharam notoriedade nas primeiras décadas do século xx, embalados pela Revolução Xinhai (de 1911, que derrubou o governo Qing e extinguiu o regime imperial) e por políticas oficiais, nacionalistas e educacionais (inclusive, curriculares) de conexão das AMC com a ideia de uma China moderna, saudável e capaz de responder a agressões externas com recursos próprios e moral elevado.

Essa tradição bibliográfico-marcial, vale observar, repercutiu em toda a área geográfica de influência chinesa na Ásia e, após 1949, foi recepcionada pela República Popular da China, também com a

ideia das AMC como meio de desenvolvimento de uma sociedade mais forte (LU, 2018, pp. 136-168).

Ela também chegou ao *mainstream* editorial dos Estados Unidos, com obras em inglês ganhando lugar cativo nas estantes relacionadas às artes marciais. Não entraremos, porém, no mérito desses materiais, fixando nossa atenção na produção bibliográfica do primeiro período republicano.

Artes Marciais Chinesas (AMC): em busca de uma definição

Chegamos, então, à tentativa de definição de Artes Marciais Chinesas (AMC), que são a razão de existir dos livros instrucionais. O desafio inicial reside na definição de “Arte Marcial”, que, pela riqueza das práticas, antiguidade e imbricações com outros conteúdos culturais, é problemática. Definir é *limitar* ou *delimitar*, o que talvez não seja o caso aqui. Buscamos, sim, algo mais “genealógico”, uma tentativa de recuperação de trajetórias.

Como observa Thomas Green na introdução de um dos mais importantes compêndios sobre artes marciais já publicados, “*tantos galões de tinta foram derramados na tentativa de definir ‘artes marciais’ quanto galões de sangue [foram derramados] na genuína prática das atividades marciais*” (Green, 2001, p. XIV, tradução nossa).

Acreditamos que, mais importante do que promover delimitações capazes de definir tradições pretensamente puristas, seria localizar as condições de possibilidade e historicidade dos discursos que se pretendem herdeiros dessa ou daquela tradição de legitimidade – desse ou daquele mito de ancianidade.

Assim, partindo das definições do próprio Thomas Green (2001, p. 17) e de Benjamin Jundkins (2014, pp. 04-05), chegamos a uma definição que nos parece satisfatória para os nossos objetivos. Ela, por certo, está aberta a críticas e a contribuições.

Podemos conceituar “artes marciais” (AMC, quando nascidas no seio da civilização chinesa) como sendo:

- ▶ Sistemas corporais e simbólicos construídos ao longo do tempo;
- ▶ Que implicam o uso das mãos livres ou de armas;
- ▶ Que têm origem em necessidades de caráter agonístico, isto é, de combate;
- ▶ Que diferem de respostas individuais pontuais eficazes porque são ensinadas, treinadas e reproduzidas;
- ▶ Que incluem a possibilidade de inovação, mesmo que esta produza rupturas em relação à tradição;
- ▶ Que podem se expandir para além da finalidade de combate, ganhando dimensões instrumentais e simbólicas diversas (na saúde, arte, rituais, política etc.);
- ▶ Que normalmente se associam a métodos (em chinês, “法”, *fǎ*) ou caminhos religiosos, éticos e filosóficos que, por sua vez, estão conectados às grandes questões relacionadas à vida, morte, guerra, paz e política;
- ▶ Que permanecem e se expandem para além de seus limites geográficos originários, ganhando um caráter regional ou, mesmo, transnacional e transcultural.

Partindo dessa perspectiva, é possível ver as AMC como o resultado de um processo civilizatório que nasce nos primórdios da civilização chinesa, ganha força em certos momentos da história e se estende até os dias de hoje, em escala transnacional/global.

Os livros instrucionais seriam cristalizações das próprias AMC – registros situados além do corpo do praticante –, funcionando como auxiliares ou substitutos autorizados do docente no processo de ensino-aprendizagem. Eles também funcionariam, em certos

casos – como, por exemplo, nos livros de Sun Lutang – como obras canônicas sacadas da estante para estudos, discussões e para o esclarecimento de dúvidas em todos os níveis.

Sua viabilidade dependeria tanto da qualidade da codificação dos conhecimentos pelo autor quanto da capacidade de leitura/decodificação e aprendizado pelo leitor.

Uma “história” dos livros instrucionais de AMC

Em “*Chinese Martial Arts Training Manuals – A Historical Survey*”, Brian Kennedy e Elizabeth Guo estabelecem uma trajetória dos livros instrucionais de AMC (Kennedy & Guo, 2005: p. 96 e ss.). Esses documentos, segundo os autores, podem ser enquadrados em cinco etapas que somam elementos cronológicos e de configuração.

A primeira etapa é o chamado “Período Lendário”, em que abundam histórias fantásticas sobre a origem das obras (ligadas à ideia de “livro oculto”, que veremos a seguir) e praticamente nenhuma evidência material, como os próprios originais, cópias em arquivos, referências em listas de época ou citações em obras posteriores. Esses livros vivem, essencialmente, na tradição oral. Eles são citados, mas nunca estão à mão, e acabam contribuindo para a dimensão do “maravilhoso” nas AMC.

A segunda etapa, que já permite uma localização cronológica, é o “Período Xilográfico Inicial”, em que as obras eram impressas em blocos em madeira (tipos e matrizes de xilogravura); o inaugurador dessa etapa/perfil foi o general Qi Jiguang (1528-1588), personagem a que voltaremos mais à frente.

A terceira etapa é a dos chamados “manuscritos”, surgidos a partir do século XVIII. A associação mais evidente desses documentos é com a ideia de “家” (*jiā*), isto é, com as práticas marciais no con-

texto do clã ou da milícia local, comuns no período de consolidação de muitos dos estilos que viriam a desaguar nas AMC do nosso tempo (dinastia Qing).

Os manuscritos eram formados por anotações de aula, interpretações e explicações feitas por mestres, poemas mnemônicos e textos esotéricos. São extremamente raros em nossa época, o que pode ser explicado por sua reduzida produção, por restrições de circulação ou cópia impostas pelos próprios círculos de praticantes e, ainda, por destruições em períodos complicados da história chinesa, como a Revolução Cultural.

A quarta etapa é a dos livros instrucionais do período republicano, que são o objeto deste estudo. Segundo Kennedy e Guo, foi o período em que as obras perderam seu caráter “secreto” ou “confidencial” e chegaram ao grande público, fazendo uso de inovações tecnológicas como a fotografia, sistemas de impressão mais modernos e, também, de uma linguagem menos cifrada ou esotérica. Para os autores, esse momento se inicia em 1915 com Sun Lutang, cuja obra examinaremos em detalhes mais à frente.

A quinta e última etapa é a que se inicia em 1949, com a fundação da República Popular da China, e se estende até hoje. Ela funciona a partir de três vertentes que, em um momento de globalização digitalmente mediada como o que vivemos, muitas vezes se confundem. Os autores citam:

1) – os ambientes educacionais-editoriais da própria República Popular da China, que, a partir dos anos 1950, passaram a desenvolver seus próprios estilos e leituras das AMC, transformando-as em um bem cultural importante no contexto do *soft power* chinês;

2) – os ambientes marciais de Hong Kong e Taiwan, que receberam muitos dos mestres ligados ao movimento nacionalista e ao *mainstream* das AMC na Primeira República;

3) – o ambiente marcial dos Estados Unidos, que também recebeu mestres oriundos da “diáspora Chinesa” e que, nos anos 1960

e 1970 (durante a “onda Kung-Fu”), deu início à publicação de obras em inglês para a massa de interessados. No Brasil, é possível situar as obras de Marco Natali, publicadas em português a partir dos anos 1970, como representantes pioneiras desta quinta e última etapa.

Uma volta no tempo

Os livros instrucionais de AMC, como vimos, são tributários de uma tradição editorial antiga, que nasce na estima chinesa – religiosa, intelectual e burocrática – pelo registro escrito.

O contexto marcial e corporal chinês, vale observar, é objeto de muitas obras, associadas, desde a dinastia Zhou (séculos XI a III AEC), a temas como política, estratégia militar, tecnologia, pensamento, religião e medicina – todos, componentes das AMC.

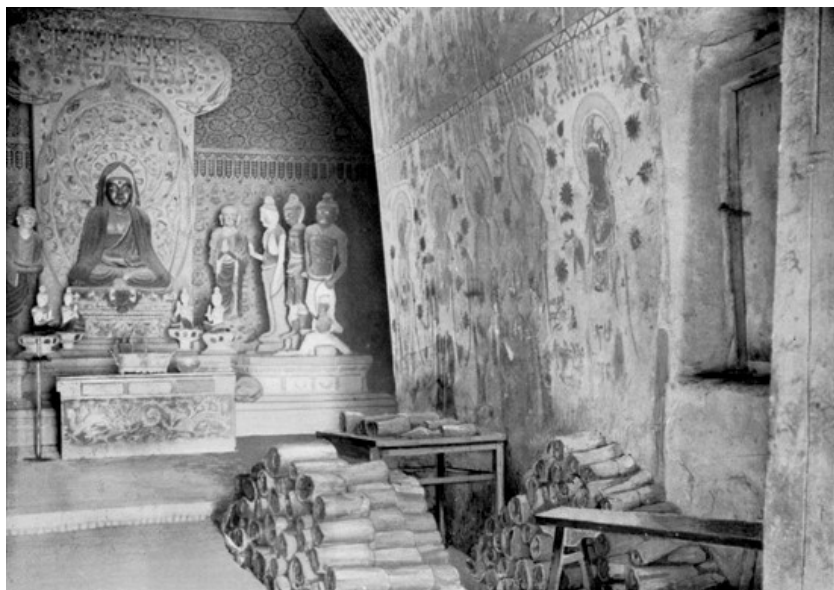
Não podemos afirmar que exista um “livro zero”, senão escolhas possíveis a partir de certos critérios. Vamos propor, assim, algumas possibilidades, exemplos pautados especialmente na presença, nos volumes indicados, de elementos textuais e imagéticos – que também caracterizam os livros instrucionais do período republicano.

A ideia marcial de “livro oculto”

Antes de chegar ao nosso primeiro antecedente, vale a pena citar um elemento observado por Peter Jundkins e que tem relação com a valorização dos livros instrucionais de AMC: o de que o imaginário marcial chinês reserva um nicho especial para o livro “secreto”, “perdido” ou “roubado”, que revelaria segredos fantásticos ao seu possuidor (Jundkins, 2017). Esse possuidor, por certo, deveria ser uma pessoa virtuosa, capaz de usar o poder recebido para o bem comum.

A ideia de ocultamento, que também se liga à etapa dos “manuscritos” apontada por Kennedy e Guo, não é fantasiosa. A China assistiu campanhas institucionais de destruição de livros, como a promovida pelo unificador Huang Di (259-210 AEC), imperador de Qin, no ano de 213 AEC (Chan, 1972), assim como esforços no sentido de preservá-los. Muitos volumes, enfim, acabaram guardados/ocultos e esquecidos sob assoalhos, dentro de estátuas, túmulos, cavernas, vãos ou nichos secretos. O exemplo mais impressionante é o da biblioteca de manuscritos de Dunhuang, encontrada em 1900 atrás de uma parede falsa em uma das cavernas de Mogao, em Gansu (Rong, 2013).

Fig. 07 – IMAGEM DA “CAVERNA 16” DE DUNHUANG, FEITA EM 1907 POR AUREL STEIN, COM ALGUNS DOS MANUSCRITOS.



Fonte: Wikimedia/Early Tibet Blog.

Os livros instrucionais de AMC do período republicano, evidentemente, nada têm de secreto, ainda que tenham permanecido desconhecidos ou distantes do público brasileiro por décadas. Eles, porém, prometem entregar conteúdos marciais de extremo valor – verdadeiros “segredos”, respostas definitivas reveladas às massas – que, antes, estavam restritos a grupos reduzidos de praticantes.

O “livro em seda” de Mawangduí

O documento que indicariamos como o antecedente histórico mais antigo dos livros instrucionais de AMC guarda certa relação com a ideia de “livro oculto”. Não só por ser desconhecido até sua descoberta, em 1971, mas por ter sido encontrado dentro de um túmulo. Estamos falando dos registros em seda achados na “Tumba 3” do sítio arqueológico de Mawangduí, em Changsha, capital de Hunan (silbergeld, 1982-83).

O sítio abriga os túmulos de três membros da elite da dinastia Han Ocidental (206 AEC – 09 EC): o marquês de Dai, Li Cang, sua esposa, Xin Zhui (cujos restos mortais estão entre os mais célebres da China – Fig. 08), e um terceiro personagem masculino não identificado, provavelmente parente do casal.²⁰

Os registros que interessam diretamente ao nosso estudo foram achados na tumba desse terceiro personagem, junto com exemplares, também em seda, do “Tao Te Ching” (“Clássico do Caminho da Virtude”) e de textos sobre medicina, astronomia, cartografia, estra-

[20]. Uma descrição detalhada do sítio de Mawangduí, inclusive com a história da descoberta das tumbas, pode ser conferida em “*马王堆汉墓*” (*Mǎwángduī hànmù*, “A Tumba Han de Mawangduí”), artigo publicado no portal “Wikiwand” e disponível em <https://bit.ly/3yenuwo> (c. 01.07.21)

tégia militar e artes clássicas – uma biblioteca escolhida a dedo para acompanhar o morto.

FIG. 08 – RESTOS MORTAIS DE XIN ZHUI, ENCONTRADOS NA TUMBA 01 DE MAWANGDUI.



Fonte: World History Photos/Gary Todd.

Eles constituem o mais antigo diagrama de exercícios já encontrado na China. Trazem 44 ilustrações coloridas de exercícios “*daoyin*” (“condução”), possíveis antecessores das atuais práticas energético-respiratórios do *qi-gong/chi-kung* (yang, 1997). As figuras mostram crianças e adultos fazendo exercícios físicos, inclusive com ferramentas (Fig. 09 e 10). As ilustrações são acompanhadas de legendas explicativas, que, em alguns casos, indicam sua finalidade terapêutica (Lu, 2020, 17).

FIG. 09 – REPRODUÇÃO DAS IMAGENS DO “LIVRO DE SEDA” SOBRE DAOYIN DE MAWANGDUI.



Fonte: Wellcome Collection gallery (<https://bit.ly/3qGR6cD>)

FIG. 10 – DETALHES DA IMAGEM ANTERIOR: VÁRIAS ILUSTRAÇÕES SÃO ACOMPANHADAS DE LEGENDAS EXPLICATIVAS.



Fonte: Wellcome Collection gallery (<https://bit.ly/3qGR6cD>)

A clareza expositiva do diagrama é tamanha que levou especialistas chineses recentes a reviverem os exercícios e a difundirlos comercialmente com nomes como “A Arte do Daoyin de Mawangdui” ou “Chi Kung de Mawangdui para a Saúde” (*Mawangdui Health Qigong*)²¹.

Os exercícios daoyin, porém, têm finalidade medicinal e não marcial (shahar, 2011: pp. 205-206). Se, por um lado, as intenções seriam em princípio opostas às dos livros instrucionais de AMC (curar x lesionar), por outro há que se considerar que, na concepção chinesa, o aparato corporal-energético acionado para ambos os fins é o mesmo.

Vale observar que, quando falamos em AMC, também estamos falando em conceitos associados à circulação do Chi e à “projeção de poder” (发劲, *fajin*), assim como à percepção de pontos energéticos próprios e alheios (shahar, 2011, pp. 222-228).

Essa proximidade curar-lesionar também é parte do imaginário marcial chinês na figura do “mestre taumaturgo” que domina as artes guerreiras (*wushu*), a massagem (*anmo*), a medicina de ervas (*tzaoyao*), a medicina tradicional chinesa (*zhōngyào*) e o *chi-kung* medicinal. Apenas para se ter uma ideia da validade dessa afirmação, entre os mestres chineses originários das AMC no Brasil com habilidades terapêuticas estão Liu Pailin, Chan Kowk Wai, Thomas Lo Siu Chung, Li Hon Ki, Li Wing Kay e Wong Sun Keung (Dandoro, 2013).

É interessante reafirmar, por fim, o papel das AMC no projeto nacionalista de fortalecimento corporal e mental da sociedade chinesa, caso em que a prática marcial funcionaria, também, como meio de promoção da saúde.

[21]. Sobre o conceito, a história e o desenvolvimento contemporânea do daoyin, ver também Kohn, L., 2008.

As monografias marciais da dinastia Han

Antes de avançar para um período mais recente, vale observar a existência, também na dinastia Han – já em seu período Oriental (25-225 EC) –, de ao menos dez monografias que descrevem técnicas marciais. Elas fazem parte da seção de “Habilidades Marciais” do “Livro de Han”, coletânea finalizada em 111 EC pelo historiador Ban Gu (32-92 EC). Lu Zhouxiang as coloca entre os mais antigos documentos do gênero produzidos na China (Lu, 2018, p. 13). Esses trabalhos descrevem técnicas com espada reta (*jian*, Fig. 11), sabre/facão (*dao*), arco-e-flecha (*gongjian*), besta (*nu*, Fig. 12), alabarda (*ji*) e mãos livres (*chuan*) – aparentemente, porém, eles não traziam ilustrações²².

FIG. 11 E 12 – ESPADA RETA E MECANISMO DE GATILHO DE BESTA, AMBOS EM BRONZE E DATADOS DA DINASTIA HAN. PERCEBE-SE UM ALTO GRAU DE REFINAMENTO TÉCNICO NO DESIGN E NA PRODUÇÃO. AS DUAS TECNOLOGIAS, ASSIM COMO A METALURGIA DO BRONZE E DE OUTRAS LIGAS E METAIS, JÁ ESTAVAM ASSENTADAS NO SÉCULO II AEC.



Fonte: Wikimedia Commons.

[22]. Em uma consulta a uma cópia digital do “Livro de Han” no arquivo do “Institut de Recherche sur le Sud-Est Asiatique”, do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França, encontramos apenas textos. Vale observar que a obra foi escrita antes do desenvolvimento da xilogravura na China, base das ilustrações de livros de AMC das dinastias Ming e Qing. As xilogravuras mais antigas existentes na China datam de 868 e foram encontradas na biblioteca da caverna de Mogao. Ver Hong Kong Heritage Museum, ND.

Os livros instrucionais das dinastias Ming e Qing

Obras relacionadas às AMC mais próximas dos livros instrucionais do período republicano, inclusive em termos formais – com uso de papel, impressão em tipos móveis e ilustrações em xilogravura – surgem na etapa final da dinastia Ming (séc. XVII e XVIII). Esses trabalhos serão publicados, também, ao longo da dinastia Qing (até o início do séc. XX), evoluindo em termos tecnológicos com a chegada da litografia (séc. XIX).

Esse longo intervalo de quatro séculos (séc. XVII a XX) é o período de configuração das AMC. Nele, muitos estilos que conhecemos foram descritos pela primeira vez; foi, também, quando boa parte do imaginário das AMC se constelou, da celebridade marcial de Shaolin (cristalizada em meados do séc. XVI, com o sucesso dos monges como tropa associada ao império) à divisão teórica de estilos em “externos” (*waijia*) e “internos” (*neijia*) por Huang Zongxi (1610-1695) (SHAHAR, 2011, pp. 263-264).

Uma obra-chave para a compreensão das AMC no período – e que traz elementos constitutivos dos futuros livros instrucionais – é o “Novo Tratado sobre a Eficiência Militar” (*Jixiao Xinshu*), publicado pelo general Qi Jiguang (1528-1588) em 1560 ou 1561. Na visão de Lu Zhouxiang, “as armas e as técnicas de combate apresentadas no livro fazem dele um dos primeiros manuais ilustrados de formas [rotinas, técnicas] marciais na história da China” (LU, 2018, p. 54).

Comandante militar reconhecido e pensador sério da matéria, Qi buscou sistematizar e analisar criticamente os conhecimentos militares de sua época, incluindo técnicas individuais de combate com armas e de mãos livres (examinados nos capítulos 10 a 14 do “Novo Tratado”). Usando textos poéticos – bem à moda chinesa – e imagens, ele descreveu técnicas e métodos de combate com armas longas, escudos, espadas e arcos. Além disso, listou os nomes de es-

tilos de sua época e foi pioneiro em diferenciar habilidades de guerra das habilidades de performance e adestramento (LU, 2018, p. 54).

No caso das mãos livres (registradas no capítulo 14), Qi apresenta 32 posturas de combate, descrevendo técnicas e métodos de treinamento²³. Significativamente, algumas dessas técnicas são praticadas até hoje ou, ao menos, mantêm seus nomes no contexto marcial; é o caso, por exemplo, de “O galo dourado numa perna só” (*Jinji Duli*) e de “Jogar as roupas com displicência” (*Lanzha Yichu*), que aparecem no repertório do Tai-Chi-Chuan no século XXI (Fig. 13).

FIG. 13 – “O GALO DOURADO NUMA PERNA SÓ” (E) E “JOGAR AS ROUPAS COM DISPLICÊNCIA” (D), ILUSTRAÇÕES DO CAPÍTULO 14 DE “NOVO TRATADO SOBRE A EFICIÊNCIA MILITAR” (1560-1561).



Fonte: Brennan Translations, Capítulo 14 do Novo Tratado...

[23]. Esse capítulo foi traduzido para o inglês e publicado na internet por Paul Brennan. Disponível em PB, <https://bit.ly/3BwkMa7> (c. 01.07.21).

Outros livros e práticas energéticas

Os períodos Ming-Qing também nos legaram outras obras – e não são poucas, na verdade – que poderiam ser listadas entre os antecedentes dos livros instrucionais do período republicano. Dentre as mais antigas (séc. XVII) estão aquelas cujas descrições mesclam técnicas medicinais-energéticas de “nutrição vital” (herdeiras do antigo *daoyin*), referenciadas por termos taoístas, com técnicas de combate. Meir Shahr (2011, pp. 219ss) descreve uma obra datada provavelmente de 1624, o “Clássico da Transformação dos Tendões” (“*Yi Jin Jing*”) – como o mais antigo tratado restante do gênero²⁴ (Fig. 14).

FIG. 14 – PÁGINAS DE UMA EDIÇÃO DE 1874 DO “CLÁSSICO DA TRANSFORMAÇÃO DOS TENDÕES”. EXERCÍCIOS 07 E 08.



Fonte: Artron Auctions (雅昌拍卖, *Yǎchāng pāimài*), República Popular da China.

Ela faz parte de uma tradição que se estendeu por toda a dinastia Qing e encontrou campo fértil nos chamados “estilos internos” (*neijia*): Tai-Chi-Chuan, Xing-I Chuan, Pakua Zhang e I-Chuan.

[24]. Exercícios com esse nome, dos quais existem muitas variações, são praticados atualmente. Uma série é ensinada no Brasil dentro do Sistema Sino-Brasileiro de Kung-Fu, do grão-mestre Chan Kowk Wai.

Essa tradição também se sustentou sem associação com o ambiente marcial, em livros, cursos e práticas de Chi Kung apreciadas em todo o mundo. Esses elementos, aliás, ganharam relevo no Ocidente a partir dos anos 1960, na vertente “oriental” do *New Age*/Nova Era. No Brasil, um desses caminhos foi o das próprias academias de AMC, que há décadas incluem essas práticas em seus sistemas de aquecimento e fortalecimento corporal.

CAPÍTULO 03

AS AMC E OS LIVROS INSTRUCIONAIS NO PERÍODO REPUBLICANO

A despeito da antiguidade de seus componentes, as AMC, como observamos, são uma configuração nascida nas dinastias Ming, Qing e no primeiro período republicano chinês. O início da República, aliás, possui uma importância capital: é nele que vamos encontrar muitos de seus referenciais atuais, na organização, rotinas e antepassados marciais – figuras como Yang Chengfu, Cheng Manching, Gu Ruzhang, Chen Weiming e Yan Shanwu, que se conectam aos mestres chineses que desembarcaram em nosso país. Chan Kowk Wai, por exemplo, relaciona Gu Ruzhang, Sun Lutang e Yan Shanwu entre seus antepassados marciais; Chiu Ping Lok, por sua vez, cita Cheng Manching.

É possível, porém, que a proximidade histórica, assim como os dramas, memórias e complicações relacionadas ao difícil período revolucionário – além da própria necessidade de sobreviver em um ambiente novo –, tenham feito com que a narrativa histórica desse período acabasse um tanto “esquecida” no contexto das AMC.

É possível, inclusive, que o modelo de AMC da Primeira República – nacionalista, politicamente engajado (especialmente ao Kuomintang) e sinocentrado – tenha perdido sentido fora de seu contexto de origem, o que implicou sua reescrita em terras brasileiras.

Pode-se até pensar que, para muitos mestres aqui desembarcados nos anos 1960 e 1970, não fosse possível indicar uma “China” atual como ponto de referência e retorno simbólico, uma vez que a República Popular da China não representava este lugar; muito pelo contrário – ela representava a vitória de um grupo a que não se estava afiliado.

Aqui, talvez valha a pena acrescentar uma observação de cunho empírico: foi apenas recentemente, há coisa de uma década ou um pouco mais, que começamos a notar bandeiras da República Popular da China em ambientes de prática marcial no Brasil.

Até então, elas simplesmente não apareciam, o que pode ter sido reforçado pelo fato de que, por muitos anos – no período de chegada e consolidação das AMC entre nós –, o Brasil foi uma ditadura militar de direita. E há outras dificuldades em relação às bandeiras chinesas. Imaginamos que dificilmente cultores das AMC abrigariam em seus salões, por exemplo, a primeira bandeira oficial do país, o pavilhão imperial Qing, “黃龍旗” (*Huánglóng qí*, “Bandeira Amarela do Dragão”, Fig. 15), associado ao período de dominação manchú.

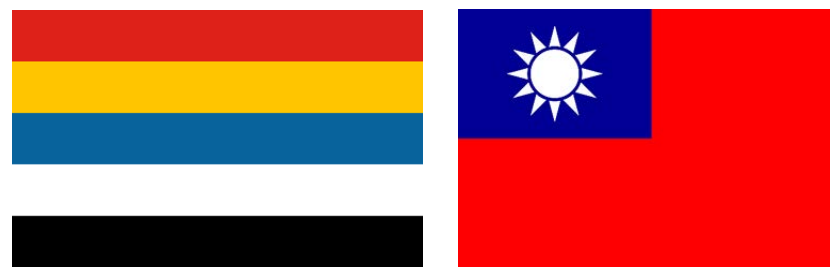
Eles provavelmente também não adotariam um dos pavilhões oficiais da República da China. Nem a efêmera “五色旗” (*wǔsè qí*, “Bandeira de Cinco Cores”), vigente entre 1912 e 1928, nem a “青天白日滿地紅” (*qīngtiān báirì mǎn dì hóng*, “Sol branco, fundo azul em terra densamente vermelha”), adotada no continente entre 1928 e 1949 e, até hoje, como a bandeira oficial em Taiwan (Fig. 16).

FIGURA 15 – A “BANDEIRA AMARELA DO DRAGÃO”, DA DINASTIA QING, FOI ADOTADA EM 1862. ELA ERA, ENTÃO, TRIANGULAR. O MODELO RETANGULAR FOI ADOTADO A PARTIR DE 1889.



Fonte da imagem: Wikimedia.

FIG. 16 – BANDEIRAS DA REPÚBLICA DA CHINA: À ESQUERDA, “BANDEIRA DE CINCO CORES” (1912-1928); À DIREITA, BANDEIRA “SOL BRANCO, FUNDO AZUL EM TERRA DENSAMENTE VERMELHA”, 1928-1949.



Fontes: Wikimedia.

Em síntese: foram-se as ideias políticas, ficaram as técnicas marciais. Esse “esquecimento” ou “reescrita” também parece reforçar uma crença comum no ambiente dessas artes no Brasil: a de sua

fantástica antiguidade – o famoso “Kung-Fu de cinco mil anos” de que, vez por outra, ainda ouvimos falar nos contextos das academias. O que pode ter feito com que uma etapa tão recente e conectada a questões atuais acabasse eclipsada pelas muitas possibilidades simbólicas e mitológicas de tempos mais antigos.

Isso é algo que, por outros motivos, também se verifica no contexto de pesquisa acadêmica: são relativamente poucos os estudos publicados no Ocidente que tratam das AMC nesse período – em geral, artigos de autores como Benjamin Jundkins e William Acevedo. Essas obras, vale observar, são de extrema qualidade.

Nesse contexto, dois dos trabalhos mais importantes, que constituem uma verdadeira introdução ao tema, foram escritos por Lu Zhouxiang, professor da Universidade Nacional da Irlanda Maynooth. São eles “Politics and Identity in Chinese Martial Arts” (2018) e “A History of Shaolin” (2019), que amplia para tempos mais recentes a discussão trazida por Meir Shahar em “O Mosteiro de Shaolin – História, Religião e as Artes Marciais” (2008, 2011).

E é justamente nessas obras que vamos nos basear para buscar compreender a organização política que delineou as AMC no primeiro período republicano, tendo gerado tamanha contribuição em relação aos livros instrucionais.

Nação, AMC, livros e currículos

Os primeiros anos da República da China foram de busca por um caminho de fortalecimento da nação. Um esforço que envolvia as ideias de identidade chinesa, unidade nacional em um contexto multiétnico (han, manchu, tibetano, uigur e mongol), modernidade e poder diante de ameaças imperialistas reais.

As práticas corporais tradicionais eram tidas por autoridades e pela *intelligentsia* como um componente poderoso nessa equação. Sua perspectiva se baseava, inclusive, na observação do processo de

modernização do Japão, país que integrara seu patrimônio marcial aos novos tempos, fazendo dele um fator de exaltação nacional e autoestima. A China desejava o mesmo. Nas palavras do fundador da República, Sun Yat-sen (孫中山, *Sūn Zhōngshān*, 1866-1925):

Vivemos em uma era de competição. O único caminho para a sobrevivência é defender-se. [...] Hoje, apelamos à promoção do [preparo] físico do povo porque ele é crucial à salvação nacional [...] um país não pode ser poderoso, a menos que suas pessoas sejam fortes fisicamente. (SUN, apud LU, 2018, p. 97, tradução livre)

Em nosso recorte, identificamos três frentes de construção das modernas AMC e de difusão de livros instrucionais. São elas Ma Liang e sua “Nova Arte Marcial Chinesa”; as sociedades marciais – dentre elas, a Associação Atlética da Essência Marcial (Jingwu), de extrema importância; e a Academia Central de Artes Nacionais, fundada pelo general Zhang Zhijiang.

A contribuição de Ma Liang e a “Nova Arte Marcial Chinesa”

Um primeiro materializador do uso nacionalista e moderno das AMC foi Ma Liang (馬良, *Mǎ Liáng*, 1875-1947, Fig. 17), senhor da guerra, governador militar de Shandong e político influente. Em 1911, Ma lançou uma campanha de promoção da educação marcial que tinha como foco o fortalecimento dos corpos e seu adestramento para defender o país²⁵. Sua proposta foi encampada pelo governo da república no ano seguinte, quando o ministério da Educação publicou as “Medidas Provisórias sobre Educação Geral” e as “Regula-

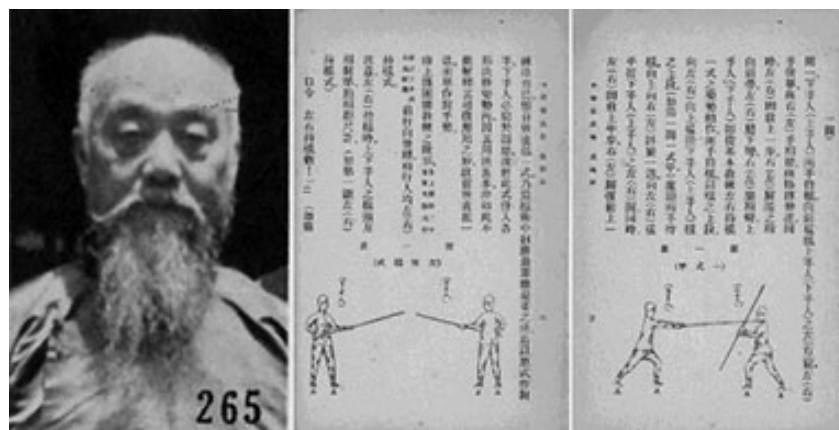
[25]. Para um aprofundamento sobre a biografia e o papel de Ma Liang para as AMC, sugerimos a leitura de Henning, 2003, Acevedo, 2015, e Jundkins, 2017.

ções *Rénzī-Guǐchǒu*”, que incorporaram jogos e ginástica militar (nela incluídas as práticas marciais) aos currículos de todos os níveis de ensino (Lu, 2018, p. 98).

Para colocar suas ideias em prática, Ma fez uso de livros instrucionais. Sua coleção, intitulada “Nova Arte Marcial Chinesa” (“中華新武術”, *Zhōnghuá xīn wǔshù*), é um marco no cenário editorial das AMC. A obra foi produzida a pedido dele a especialistas marciais em Shandong, tomando como base exercícios militares desenvolvidos anteriormente pelo próprio Ma para suas tropas.

Os livros, que tinham por base as AMC da tradição Shaolin (mosteiro budista em Henan famoso por seu Kung-Fu; Shahar, 2011; Lu, 2019), abrangiam quatro segmentos de conhecimento marcial: punhos e pernas, luta livre, bastão e espada reta (Lu, 2018, pp. 98-99).

Fig. 17 – À ESQUERDA, MA LIANG EM FOTO DE 1941. À DIREITA, DUAS PÁGINAS DE SEU LIVRO INSTRUCIONAL DE TÉCNICAS COM BASTÃO.



Fontes: Ma Liang – Wikimedia; Livro Instrucional – MP Headline (República Popular da China).

Em 1914, a obra foi revisada e implantada em um centro de treinamento fundado pelo próprio Ma Liang em Jinan, expandindo-se para sociedades marciais e academias em Beijing, Tianjin, Shanghai

e, também, para as províncias de Jiangsu e Shandong. O programa de treinamento também foi adotado pelo exército e pela polícia.

Em 1916, o ministério chinês da Educação enviou uma missão a Shanghai para avaliar o trabalho desenvolvido com a “Nova Arte Marcial Chinesa”. Em 1918, as autoridades publicaram uma resolução encorajando as escolas a incluírem o programa de Ma Liang em seus currículos.

No mesmo ano, a obra ganhou uma grande edição publicada pela “Shanghai Commercial Press” (uma das principais editoras chinesas), com apoio do presidente Feng Guozhang (1859-1919) e do primeiro ministro Duan Qirui (1865-1936). Em 1919, o Conselho de Estado aprovou a “Nova Arte Marcial Chinesa” como programa oficial de atividade física para as escolas e as universidades (Lu, 2018, p. 100). Esse processo gerou uma movimentação de professores e instrutores das academias e sociedades marciais para dentro das instituições de ensino regular, o que também marca um momento de modernização das AMC.

As sociedades marciais e a Jingwu

Se, por um lado, tinha-se o fortalecimento de um sistema de ensino marcial e militarizado associado diretamente à educação pública regular, por outro o período também viu o surgimento de centenas de sociedades de AMC, cujo modelo somava elementos clínicos, clubísticos e de academia.

Em um estudo publicado em 2010, o pesquisador Kai Filipiak, da Universidade de Leipzig, dividiu as sociedades marciais chinesas do primeiro período republicano em quatro grandes grupos, segundo sua finalidade: 1) – Organizações para o Cultivo e a Pesquisa das Artes Marciais; 2) – Organizações para a Prática Atlético das Artes Marciais; 3) – Organizações para a Promoção das Artes Marciais e de Conceitos Morais; e 4) – Organizações para a Promoção de Estilos Específicos de Artes Marciais (Filipiak, 2010, pp. 35-36).

Essa divisão reflete aspectos a que já nos referimos: é possível supor que as sociedades marciais inscritas na categoria 3 (Artes Marciais e Conceitos Morais) se aproximassem mais de um espírito identitário e nacionalista, enquanto as inscritas nas categorias 1 e 2 (Cultivo e Pesquisa, Prática Atlética) se associassem a uma perspectiva mais “moderna” ou “científica”, por buscar enxergar as AMC a partir de um prisma histórico ou desportivo. Mesmo nestas duas últimas categorias, porém, também pode-se pensar na valorização de elementos tradicionais (pelo resgate da história e de biografias) e de caráter nacionalista. No caso das sociedades inscritas na categoria 4 (Estilos Específicos), os componentes identitários, nacionalistas e “modernos” também poderiam aparecer; é possível, porém, que a opção pelo cultivo e difusão de um único estilo as tingisse, também, de certas características associadas a um tempo anterior das AMC, como um “espírito de clã” e a valorização de pertencimentos geográficos ou étnicos.

O fato é de que muitas dessas instituições, muitas das quais também gozavam de prestígio junto ao governo, eram capazes de reunir recursos e público suficientes para a produção de livros instrucionais e de periódicos.

Apenas no campo das revistas, foram cerca de 50 os títulos publicados por elas entre o final da dinastia Qing e os anos 1940. Um exemplo da força dessas publicações pode ser visto na monumental “Coleção de Periódicos de Arte Nacional da República da China” (“*Minguó Guóshù Qíkān Wénxiàn Jíchéng*”), obra em 31 volumes publicada no ano de 2007 pela Editora e Livraria da China (中国书店出版社, *Zhōngguó shūdiàn chūbǎn shè*). A coleção reúne exemplares de 43 revistas publicadas no período republicano e é uma fonte extraordinária de consulta para pesquisadores das AMC²⁶.

Entre as sociedades de AMC mais célebres estão a Liga dos Guerreiros de Tianjin (天津中華武士會, *Tiānjīn zhōnghuá wǔshì huì*, 1911);

[26]. A respeito das revistas e da coleção, ver Acevedo e Cheung, 2011.

a Academia de Pesquisa em Educação Física de Beijing (北京體育研究社, *Běijīng tǐyù yánjiū shè*, 1912, Fig. 18); a Sociedade de Pesquisa em Esgrima de Beijing (北京劍術研究會, *Běijīng jiànshù yánjiū huì*, 1912); a Academia Internacional (國際學會, *Guójiè xuéhuì*, 1913), em Changsha; a Liga Chinesa de Artes Marciais (中華武術會, *Zhōnghuá wǔshù huì*, 1919), em Shanghai; a Sociedade de Wushu de Shandong (山東武術傳習所, *Shāndōng wǔshù chuánxí suǒ*, 1919), em Jinan; a Sociedade Internacional Chinesa de Pesquisa (中華國際研究社, *Zhōnghuá guójiè yánjiū shè*), em Beijing; a Liga de Pesquisa em Pugilismo de Anhui (安徽拳術研究會, *Ānhuī quánshù yánjiū huì*, 1924); a Sociedade Zhirou de Pugilismo (致柔拳社, *Zhì róu quán shè*, 1925), em Shanghai; e a mais célebre delas, a Associação Atlética da Essência Marcial – Jing Wu (精武體育會, *Jīng wǔ tǐyù huì*, 1910), também em Shanghai (LU, 2018, pp. 102-103).

FIGURA 18 – GRADUANDOS DE 1919 DA ACADEMIA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE BEIJING. NA FOTO, ENTRE OS INSTRUTORES ESTÃO MESTRES COMO YANG SHAOHOU (楊少侯 YÁNG SHǎOHÓU, 1862-1930), YANG CHENGFU (楊澄甫, YÁNG CHÉNGFŪ, 1883-1936), WU CHIENCHUAN (吳鑑泉, WÚ JIÀNQUÁN 1870-1942) E SUN LUTANG (孫祿堂, 1860-1933).

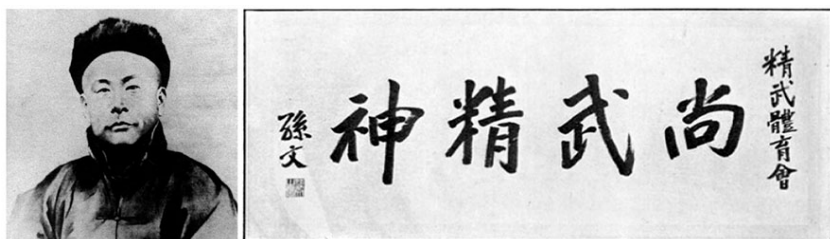


Fonte: Reddit – Wu Style Taijiquan.

Fundada por Huo Yuanjia (霍元甲, *Huò Yuán Jiǎ*, 1868-1910 – Fig. 19), a Associação Jing Wu é considerada um marco das AMC.

Brian Kennedy e Elizabeth Guo, por exemplo, estabelecem quatro fases de evolução das modernas artes marciais chinesas; a segunda diz respeito, inteiramente, à fundação e desenvolvimento da Jing Wu. As demais são a primeira, de milícias locais dos períodos Ming-Qing, a terceira, do Guoshu do governo nacionalista, e a quarta, do Wushu da República Popular da China (Kennedy & Guo, 2010, p. 1). Para eles, a experiência da escola de Huo Yuanjia é tão importante que se destaca das demais iniciativas do período republicano.

Fig. 19 – HUO YUANJIA, FUNDADOR DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA JINGWU, E CALIGRAFIA ESCRITA PELO FUNDADOR DA REPÚBLICA CHINESA, SUN YATSEN (孫逸仙, *Sūnyìxiān*, 1866-1925), PARA O LIVRO COMEMORATIVO DOS DEZ ANOS DE FUNDAÇÃO DA JINGWU (1919). NELA, NO TEXTO PRINCIPAL, ESTÁ ESCRITO “[REVERENCIE O] ESPÍRITO MARCIAL” (神武精尚, *SHÀNGWŪ JĪNGSHÉN*), LADEADO PELA DEDICATÓRIA À ASSOCIAÇÃO (精武體育會, *JĪNG WŪ TĪYÙ HUÌ*) E PELA ASSINATURA E CARIMBO DO CALÍGRAFO (孫文, *SŪN WÉN* [SUN YATSEN]).



Fontes: Wikimidia Commons (Huo Yuanjia) e Brennan Translation.

A Jing Wu, de fato, se diferenciava: ela trouxe como proposta ensinar todos os estilos de AMC, internos e externos, das famílias de Shaolin e Wudang, do norte e do sul – superando localismos e divisões anacrônicas que prejudicavam a promoção da modalidade em escala nacional. Pregava uma perspectiva “científica” de leitura e compreensão das artes marciais, assim como uma espécie de “paideia” que contemplava uma formação humana ampla, ao mesmo tempo chinesa e global. E também foi a primeira escola a oferecer AMC para

mulheres, em um programa iniciado em 1917 sob a liderança da mestra Chen Shichao (陳士超, *Chén Shìchāo* – Fig. 20; Jundkins, 2013).

Fig. 20 – À ESQUERDA, MESTRA CHEN SHICHAO (陳士超). À DIREITA, ALUNAS DA JINGWU EM FOTO DO LIVRO COMEMORATIVO DE 1919.



Fonte: Sohu (imagem de Chen Shichao) e Brennan Translations.

A Jing Wu também investiu na escrita de artigos e livros, bem como na publicação de revistas associados às AMC, buscando divulgar seu programa marcial-humanista (Kennedy & Guo, 2010, p. 1). Seu livro mais célebre é “Registro Oficial da Jingwu” (精武本紀, *Jīng Wǔ Běnjì*), volume de trezentas páginas publicado em 1919 – no décimo aniversário da associação – que sintetiza sua proposta, valores, atividades e programa de atividades²⁷. A partir de 1922, a instituição passou a publicar uma revista oficial produzida por sua própria editora.

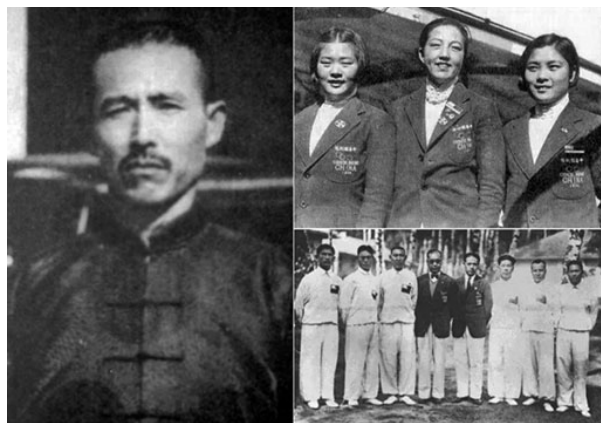
Como sintetizam Brian Kennedy e Elizabeth Guo, “a Jingwu foi a primeira organização de artes marciais na China a, de fato, criar um programa sustentado para publicar materiais de treinamento marcial e, mais amplamente, unificar literatura e habilidades marciais em um currículo e em um programa de treinamento” (KENNEDY, GUO, 2010, p. 14).

[27]. Esse livro está disponível em formato pdf na Biblioteca Central Nacional de Taiwan, in <https://bit.ly/2TFqLPW> (c. 16.06.21). Em seu portal de traduções, Paul Brennan publicou partes da obra. Ver <https://bit.ly/35u3f18> (c. 16.06.21).

A Academia Central de Habilidades, de Zhang Zhijiang

Zhang Zhijiang (张之江, *Zhāng Zhījiāng*, 1882-1966) é um personagem-chave na história das AMC (Jundkins, 2018). Ele foi o responsável, por exemplo, pela seleção dos nove atletas (seis homens e três mulheres) que, em 1936, demonstraram as AMC na Olimpíada de Berlim (Fig. 21)²⁸. Foi responsável, também, por pleitear junto ao governo e obter uma mudança temporária da nomenclatura das artes marciais, de “wushu” (武術, *wǔshù*, “arte marcial”) ou “wuyi” (武藝, *wǔyì*, “habilidade marcial”) para “guoshu” ou “kuoshu” (國術, *guóshù*, arte nacional [da China]).

FIG. 21—À ESQUERDA, ZHANG ZHIJIANG. À DIREITA, O TIME DE DEMONSTRAÇÃO DE KUOSHU NAS OLIMPIADAS DE 1936 EM BERLIM. A EQUIPE ERA FORMADA POR NOVE ATLETAS, SENDO TRÊS MULHERES—傅淑云, *Fù Shūyún*, 翟连元, *Dí Liányuán* e 刘玉华, *Liú Yùhuá*—E SEIS HOMENS—张文广, *Zhāng Wénguǎng*, 温敬铭, *Wēn Jìngmíng*, 郑怀贤, *Zhèng Huáixián*, 寇运兴, *Kòu Yùnxìng* 金石生, *Jīnshí Shēng* e 张尔鼎, *Zhāng Ērdǐng*.



Fontes: Zhang Zhijiang, Wikimedia Commons; Seleção Chinesa, M.Sohu.com.

A ideia de Zhang, como explica Lu, era aumentar o prestígio das AMC, situando-as no mesmo patamar dos estudos culturais clássicos chineses, o chamado “guoxue” (國學, *guóxué*) (Lu, 2018, p. 107).

[28]. Um vídeo da apresentação de 1936 pode ser conferido em <https://bit.ly/3vDibP2> (c. 16.06.21).

Em sua argumentação, ele relacionava quatro justificativas favoráveis à adoção de “guoshu”: a arte era parte de um legado cultural chinês único, representando o espírito nacional; ela poderia fortalecer a saúde das pessoas e aumentar o poder da nação; por ser uma forma de autodefesa, poderia fortalecer o espírito de luta e o status chinês em termos internacionais; e, por fim, poderia aumentar o poder militar chinês e apagar as humilhações sofridas pela China diante de invasores estrangeiros (Lu, 2018). A nomenclatura permaneceu até os anos 50, quando o governo comunista chinês retomou o termo “wushu”.

Pioneiro em termos de pensamento revolucionário e também na investigação das AMC, Zhang Zhijiang transitou pelo primeiro governo republicano e permaneceu na China continental após 1949, agregando-se e se alinhando à nova ordem política. Isso, a despeito de sua ligação anterior com o Kuomintang e do fato de ser (ou ter sido) cristão.

Em 1926, com apoio do comitê central do Kuomintang, o então comandante-em-chefe do Exército do Noroeste fundou o Pavilhão Central de Arte Nacional [da China] (中央國術館, *Zhōngyāng Guóshù Guǎn*) em Nanjing, capital da república na época²⁹ (Fig. 22).

FIG. 22 – PRÉDIO DO PAVILHÃO CENTRAL DE ARTE NACIONAL [DA CHINA] EM NANJING.



Fonte: World Spring City (天下泉城, *Tiānxià quán chéng*).

[29]. Literalmente, a palavra “Nanjing” (南京, *Nánjīng*) significa “capital do sul”. E, de fato, Nanjing foi a capital da China por vários momentos entre o século III EC e 1949. O nome “Beijing” (北京, *Běijīng*), por sua vez, significa “capital do norte”.

Em março de 1928, a instituição recebeu apoio do governo nacionalista para se instalar fisicamente na capital (Fig. 23). A organização marcial semiestatal tinha caráter educacional e regulatório, um currículo amplo (que incluía módulos acadêmicos da educação tradicional e de habilidades marciais – estas, divididas em “Shaolin” [estilos externos] e Wudang [estilos internos] – LU, 2018, p. 109) e a participação de mestres renomados, figuras como os já citados Sun Lutang e Gu Ruzhang, Yang Chengfu (楊澄甫, *Yáng Chéngfǔ*, 1883-1936), Li Jinglin (李景林, *Lǐ Jǐnglín*, 1885-1931), Fu Zhensong (傅振嵩, *Fù Zhènsōng*, 1872-1953) e Wan Laisheng (万籁声, *Wàn Lài shēng*, 1903-1992).

Fig. 23 – 1928: CERIMÔNIA DE ABERTURA (开馆典礼, *Kāi GUǎN DIǎNLǐ*) DO PAVILHÃO CENTRAL DE ARTE NACIONAL [DA CHINA].



Fonte: KKnews.cc

Uma das metas do Pavilhão era, justamente, a publicação de livros instrucionais – e ele se tornou líder neste mister (LU, 2018, p. 108, 111). Em 1928, lançou uma divisão editorial e, no ano seguinte, seu próprio jornal, o “Arte Nacional [da China] Mensal” (國術月刊, *Guóshù Yuèkǎn*). Em 1933, por instrução do ministério da Educação, recebeu a incumbência de produzir manuais de AMC para todos os níveis de ensino. Em 1934, já havia editado 22 livros instrucionais e manuais, e tinha mais de 20 obras em perspectiva (LU, 2018, p. 108, 112).

Em 1928, Zhang estabeleceu o famoso “Exame Nacional de Artes Marciais” (全國國術考試, *Quánguó Guóshù Kǎoshì*), que atraiu os principais nomes da cena marcial. Nos anos de 1928, 1929 e 1933, a instituição promoveu competições e exames nacionais, investindo na popularização e na desportivização das AMC.

Um movimento que se perdeu com o início da segunda guerra sino-japonesa e o rápido agravamento da situação no continente: em 15 de agosto de 1937, a capital (sede física e quartel-general do Pavilhão) foi bombardeada por aviões da força aérea imperial do Japão; em 13 de dezembro de 1937 foi invadida pelas tropas imperiais que, nas semanas que se seguiram, perpetraram um dos maiores massacres da guerra em território chinês³⁰.

As AMC, evidentemente, estavam entre as práticas chinesas proibidas pelo exército invasor em todos os territórios ocupados. A Jingwu, por exemplo, foi seriamente afetada em Shanghai, retomando suas atividades apenas em 1946. Especificamente sobre o Pavilhão Central de Arte Nacional [da China], Lu Zhouxiang explica:

Quando os japoneses começaram a bombardear Nanjing em agosto de 1937, o Pavilhão foi forçado a mover seu quartel-general para Chongqing, no sudoeste da China, tornada capital temporária do regime nacionalista. A maior parte de suas seções regionais deixou de funcionar. Um grande número de antigos membros se incorporou ao exército e trabalhou como mestres em técnicas de combate. Após a guerra, o Pavilhão retornou a Nanjing. Por conta de dificuldades financeiras e das agitações causadas pela guerra civil entre comunistas e nacionalistas, a instituição foi desmantelada em 1948. (LU, 2018, p. 111)

[30]. Sobre o chamado “Massacre de Nanking”, ver Eykholt, M., in Fogel, J., 2000.

Chegava ao fim, então, a “Era de Ouro” das artes marciais na China continental. Abria-se, porém, uma nova via, que acabou por implicar a verdadeira transnacionalização das AMC a partir de então. Elas floresceriam novamente em três vertentes: 1. na própria República Popular da China a partir dos anos 1950, sob a égide do regime de Mao Zedong (毛澤東, *Máo Zédōng*, 1893-1976) e com sobressaltos até a chegada de Deng Xiaoping (鄧小平, *Dèng Xiǎopíng*, 1904-1997) ao poder, em 1978; 2. Em Taiwan, Hong Kong e nas zonas de influência/presença chinesa no Sudeste Asiático; 3. Nos países de recepção da “Diáspora Chinesa” de 1949, entre os quais estão os Estados Unidos, o Canadá, países europeus e o Brasil.

Um universo de livros instrucionais

Em uma página-chave de “Politics and Identity in Chinese Martial Arts”, Lu Zhouxiang destaca uma relação de vinte livros instrucionais lançados durante o primeiro período republicano. As obras, situadas entre as mais populares, derivam tanto das principais instituições marciais da China de então – como a Jingwu e o Pavilhão Central de Arte Nacional [da China] – quanto das várias sociedades marciais privadas citadas anteriormente.

Situam-se dentro e além dos currículos marciais estabelecidos pelo governo e trazem como autores mestres cuja importância ultrapassaria o período republicano e o território chinês – alguns, inclusive, são referenciais dos mestres chineses que chegaram a países como Estados Unidos e Brasil. Tomamos a liberdade de reproduzir a lista (LU, 2018, p. 112), acrescentando os títulos em chinês transliterados e traduzidos para o português:

- ▶ 少林拳術秘訣考證 (*Shàolínquán Shù Mìjué Kǎozhèng*), “Pesquisa sobre os Princípios-Chave da Arte Marcial de Shao-

lin”, por Tang Hao (唐豪, *Táng Háo*), 1915.

- ▶ 形意拳學 (*Xíng Yì Quán Xué*), “Estudo sobre Xing-I Chuan, por Sun Lutang (孫福全, *Sūn Fúquán*), 1915.
- ▶ 八卦拳學 (*Bāguà Quán Xué*), “Estudo sobre Pakua Chuan), por Sun Lutang (孫福全, *Sūn Fúquán*), 1917.
- ▶ 形意拳術 (*Xíng Yì Quán Shù*), “A Arte do Xing-I Chuan”, por Li Jianqiu (李劍秋, *Lǐ Jiànqiū*), 1919.
- ▶ 太極拳勢圖解 (*Tàijí Quán Shì Tújiě*), “O Poder Ilustrado do Tai-Chi-Chuan”, por Xu Yusheng (許禹生, *Xǔ Yǔshēng*), 1921.
- ▶ 太極拳學 (*Tàijí Quán Xué*), “Estudo sobre Tai-Chi-Chuan”, por Sun Lutang (孫福全, *Sūn Fúquán*), 1921.
- ▶ 拳意述真 (*Quán Yì Shù Zhēn*), “Narrativa sobre o Genuíno Significado da Luta”, por Sun Lutang (孫福全, *Sūn Fúquán*), 1924.
- ▶ 八卦劍學 (*Bāguà Jiàn Xué*), “Estudo sobre a Espada Reta do Pakua”, por Sun Lutang (孫福全, *Sūn Fúquán*), 1924.
- ▶ 太極拳圖 (*Tàijí Quán Tú*), “Tai-Chi-Chuan Ilustrado”, de Chu Minyi (褚民誼, *Chǔ Mínyì*), 1929.
- ▶ 彈腿 (*Tàn Tuǐ*), “Disparar Pernas”, de Zhao Lianhe (趙連和, *Zhào Liánhé*), Li Zhenjiang (李振江, *Lǐ Zhènjiāng*) e Chen Tiesheng (陳鐵生, *Chén Tiěshēng*), 1929.
- ▶ 達摩劍 (*Dámó Jiàn*), “Espada de Bodhidharma”, de Chen Tiesheng (陳鐵生, *Chén Tiěshēng*) e Zhao Lianhe (趙連和, *Zhào Liánhé*), 1930.
- ▶ 太極拳講義 (*Tàijíquán Jiǎngyì*), “Livro Instrucional de Tai-Chi-Chuan”, de Yao Fuchun (姚馥春, *Yáo Fùchūn*) e Jiang Ronqiao (姜容樵, *Jiāng Róngqiáo*), 1930.
- ▶ 工力拳 (*Gōnglì Quán*), “Luta de Trabalho e Força”, de Zhao Lianhe (趙連和, *Zhào Liánhé*), Chen Tiesheng (陳鐵生, *Chén Tiěshēng*) e Lu Weichang (盧煒昌, *Lú Wēichāng*), 1931.
- ▶ 科學化的國術太極拳 (*Kēxué Huà de Guóshù Tàijíquán*), “Tai-Chi-Chuan: uma Arte Nacional [da China] Científica”, de

Wu Tunan (吳圖南, Wú Túnán), 1931.

- ▶ 查拳圖說 (*Cháquán Túshuō*), “Cha-chuan Ilustrado”, de Wu Zhiqing (吳志青, Wú Zhìqīng), 1932.
- ▶ 陳式太極拳圖說 (*Chén Shì Tàijí Quán Túshuō*), “Tai-Chi-Chuan do Estilo Chen Ilustrado”, por Chen Xin (陳鑫, Chén Xīn), 1936.
- ▶ 少林七十二藝練法 (*Shàolín Qīshí'èr Yì Liànfǎ*), “Setenta e dois métodos de prática de Shaolin”, por Jin Enzhong (金恩忠, Jīn Ēnzhōng), 1934.
- ▶ 太極正宗 (*Tàijí Zhèngzōng*), “Tai-Chi Autêntico”, de Wu Zhiqing (吳志青, Wú Zhìqīng), 1936.
- ▶ 太極劍 (*Tàijí Jiàn*) “Espada Reta de Tai-Chi”, de Wu Tunan (吳圖南, Wú Túnán), 1936.
- ▶ 八極拳 (*Bājí Quán*), “Luta das Oito Cumeiras”, de Miao Ganjie (繆淦傑, Móu Gànjié), 1936.

Das vinte obras indicadas, treze foram traduzidas para o inglês e publicadas na internet junto com os textos originais por Paul Brennan, o que reforça a relevância deste tradutor para o resgate e o conhecimento dos livros instrucionais.

Quanto aos estilos elencados, a maioria absoluta chegou ao Brasil. Para citar um único mestre – Chan Kowk Wai, patriarca do Sistema Sino-Brasileiro de Kung-Fu –, ele difundiu rotinas de Tai-Chi-Chuan, Xing-I Chuan, Pa Kua, Baji Chuan e Tantui (*Dàn Tuǐ*).

Dentre os livros instrucionais traduzidos por Paul Brennan, ao menos cinco – sobre a forma clássica do Tai-Chi-Chuan Yang (de Gu Ruzhang)³¹, a chamada “Espada Reta do Dragão” (龍形劍, *Lóng xíng jiàn*, 1932)³², a rotina de Tai-Chi com sabre em 13 Movimentos

[31]. BT, <https://bit.ly/3BQJAGA>.

[32]. BT, <https://bit.ly/3f7psB5>.

da Escola Yang (太極刀, *Tàijí dāo*, 1943)³³, a rotina de Tai-Chi com Espada Reta “Qiankun”, da Escola Wu ([吳氏]太極劍, [*Wú shì*] *Tàijí jiàn*, 1936)³⁴ e o Tantui em 10 movimentos (教門彈腿圖說, *Jiàomén dàn tuǐ túshuō*, “Diagrama Explicado do Tantui do movimento religioso [Muçulmano]”, 1922)³⁵ – dizem respeito a rotinas também ensinadas aos praticantes da Sino-Brasileira. Essas obras, contudo, não fazem parte da lista elencada por Lu Zhouxiang.

Uma crítica e uma ponderação sobre o sucesso das AMC no projeto nacional chinês da Primeira República

Em “Chinese Martial Arts – from Antiquity to the Twenty-First Century”, no capítulo relativo ao período final da dinastia Qing e início do período republicano (de 1850 a 1949), Peter Lorge aborda o processo de inscrição das AMC no imaginário chinês no início do século XX (Lorge, 2012, pp. 212-225). Naquele momento, vale reforçar, a China se via diante de um sério dilema associado à sua própria existência e à sua posição em relação à modernidade. As considerações de Lorge evocam a questão: qual o papel, nesse contexto, das AMC? Elas representariam, de fato, uma força de identidade e coesão nacional?

O debate não era pacífico na própria China, com argumentos pautados tanto na importância da tradição quanto em uma alegada necessidade de abandono de hábitos e crenças que, ao longo do tempo, teriam transformado uma civilização antiga, poderosa e vibrante em objeto de disputas por países mais jovens e “bárbaros”.

Ao apresentar em detalhes o universo das AMC no período republicano, Lu Zhouxiang demonstra apoio à ideia de que estas artes

[33]. BT, <https://bit.ly/3f4aaNC>.

[34]. BT, <https://bit.ly/3rDE6VC>.

[35]. BT, <https://bit.ly/3xavYgw>.

desempenharam um papel relevante na sociedade chinesa do período. Ele, porém, também se refere ao enfrentamento que opôs intelectuais favoráveis e contrários à promoção oficial das AMC (LU, 2018, pp. 116-119); entre os argumentos contrários estariam sua incapacidade de fortalecer a nação, seu caráter mágico e supersticioso e, até mesmo, riscos à saúde associados à movimentação corporal abrupta ou “exótica” (contrária aos princípios científicos da Educação Física).

Entre os argumentos favoráveis, além dos já elencados ao longo deste texto (como os associados à identidade nacional, ao fortalecimento dos corpos para a autodefesa, à cultura chinesa e à saúde dos praticantes), estaria o do fracasso da Educação Física e dos esportes ocidentais em tornar os chineses mais fortes e respeitados internacionalmente.

Peter Lorge segue na direção oposta à de Lu Zhouxiang. Segundo ele, o impacto dessas artes sobre a sociedade chinesa não foi significativo. Para chegar a essa conclusão, ele oferece argumentos de ordem prática.

Em primeiro lugar estaria a desconfiança de certos extratos da sociedade chinesa em relação às artes marciais nacionais, vistas como arcaicas e ineficazes. Esse olhar, aliás, abrangia também as forças armadas, tidas como incapazes – ao menos, na maioria das tropas – de enfrentar e superar as tropas, métodos e tecnologias militares do Ocidente e do Japão moderno.

A esse respeito, William Acevedo e Mei Chung produziram um estudo interessante no qual descrevem o treinamento e o uso intensivo de armas brancas – como facões (大刀, *dàdāo*) e baionetas – pelas tropas chinesas do período.

Eles destacam, também, o papel dos mestres de AMC na formação desses soldados. Sobre os sabres (Fig. 24), vale destacar que eles ocuparam um lugar importante na panóplia chinesa de então, como mostram os autores e também Benjamin Jundkins em um estudo de

2012. A arma servia tanto às tropas regulares quanto as milícias que se organizaram em toda a China.

FIG. 24 – TROPAS NACIONALISTAS CHINEAS EM TRINCHEIRAS COM SEUS DADAOS, EM REGISTRO FEITO PROVAVELMENTE NOS ANOS 1930.



Fonte: Jundkins, 2012.

Acevedo e Chung defendem a hipótese de que, com armas brancas e treinamento baseado nas AMC – assim como na aplicação de princípios do pensamento militar clássico de seu país –, as tropas chinesas conseguiram deter o avanço do exército imperial japonês na guerra que se desenrolou entre 1937 e 1945:

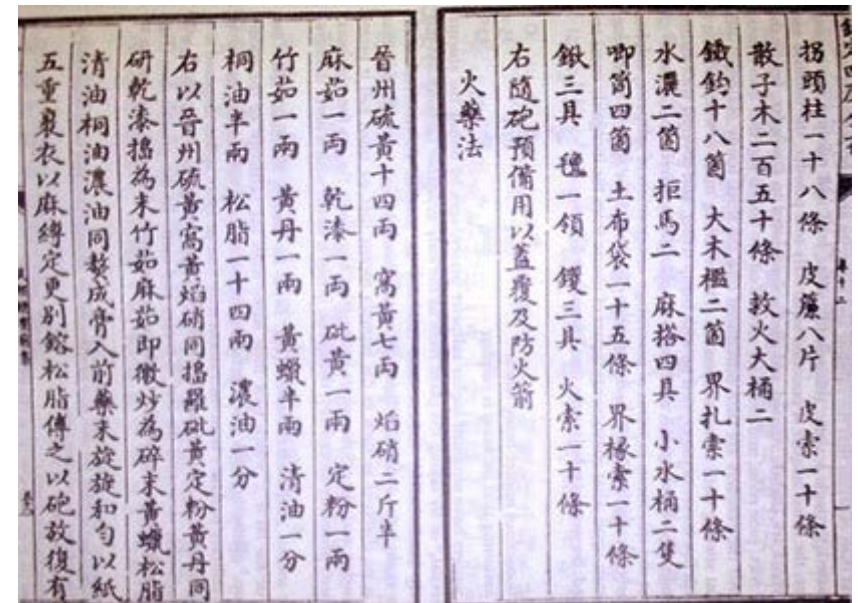
A prática de sistemas de combate corpo a corpo, assim como o uso de armas brancas tradicionais no exército chinês, foi consequência da falta de

material bélico moderno. Apesar da inclusão de métodos de treinamento estrangeiros, as forças chinesas fizeram uso de sistemas autóctones em sua preparação. A engenhosidade das forças militares, assim como o esforço de artistas marciais notáveis, permitiu que os soldados chineses freassem o avanço japonês durante a Segunda Guerra Mundial. Os sistemas que essas forças utilizaram se caracterizaram por seu aspecto prático e sua simplicidade e eficiência mecânica, o que permitiu que tanto homens quanto mulheres os utilizassem no campo de batalha. (Acevedo & Chung, 2009, p. 34, tradução livre)

Pessoalmente, acreditamos que as armas brancas desempenharam seu papel dentro de um certo limite de possibilidades – em combates corpo-a-corpo, por exemplo –, mas não somos tão otimistas em relação à sua real capacidade de vitória diante de forças bem treinadas e supridas de armamento moderno. É bem possível que, na guerra de atrito que se desenrolou em território chinês a partir de 1937, elas tenham colaborado para exaurir o oponente, que, de resto, lutava em várias frentes na Ásia. Como armas essenciais, porém, sabres e baionetas seriam incapazes de vencer fuzis e metralhadoras.

E como a República teria chegado a depender de suas armas e métodos tradicionais? Como toda grande civilização, por muito tempo a China não descuidou dos avanços militares, tendo alcançado já na dinastia Zhou (周朝, *Zhōu Cháo*, 1046-221 AEC) um alto grau de desenvolvimento tecnológico e filosófico em relação à guerra. Um processo cumulativo, que, ao longo do tempo, legou invenções de alto impacto, como a besta (séc. VI AEC) e a pólvora (séc. IX EC – Fig. 25), e também obras como os “Sete Clássicos Marciais” (武經七書, *Wǔ jīng qī shū* – compilados no séc. XI) e o “Clássico das Técnicas Marciais mais importantes” (武經總要, *Wǔ jīng zǒng yào*, do mesmo período).

FIG. 25 – FÓRMULA (MÉTODO) DA PÓLVORA (“火藥法”, *Huǒyào fǎ*) REGISTRADO NO “CLÁSSICO DAS TÉCNICAS MARCIAIS MAIS IMPORTANTES”, DE 1044. COMO TÍTULO, A EXPRESSÃO “火藥法” APARECE NA PRIMEIRA COLUNA DA PÁGINA DA DIREITA.



Fonte: Wikimedia. Needhan, J., “Science and Civilization in China: Volume 5, Parte 7.

Com o declínio da dinastia Ming (明朝, *Míng Cháo*–1421-1644), porém, esse desenvolvimento parece ter entrado em compasso de espera. No mesmo espectro temporal (do século XV em diante), a Europa vivia um período de florescimento da ciência, com o consequente desenvolvimento de tecnologias militares cada vez mais poderosas que envolviam, por exemplo, o aprimoramento do uso das armas de fogo.

O anacronismo chinês resultante do período de estagnação teria como exemplo definitivo a Rebelião dos Boxers (義和團運動, *Yìhétuán Yùndòng*, 1899-1900), em que milícias chinesas empregando armas e ideias tradicionais (Fig. 26) foram rapidamente esmagadas por exér-

citos estrangeiros tecnológica e taticamente mais avançados (Fig. 27). A esse respeito, uma fonte importante é o livro de David Silbey “The Boxer Rebellion and the great game in China” (2012); outros dois estudos, de Lynn Bodin e Chris Warner (“The Boxer Rebellion”, 1979) e de Peter Harrington (“Peking 1900”, 2001), também trazem uma importante documentação iconográfica do episódio.

FIG. 26 – BEIJING, JULHO DE 1900: OFICIAL E SOLDADOS CHINESES COM ESCUDOS DE RATAN OU VIME. ESSES ESCUDOS, LEVES, SÃO ADEQUADOS À DISSIPACÃO DA ENERGIA DE GOLPES DE ARMA BRANCA COMO FACÕES, ESPADAS, LANÇAS E ALABARDAS, MAS NÃO FUNCIONAM CONTRA ARMAS DE FOGO. O OFICIAL, APARENTEMENTE, PORTA UMA ESPADA RETA “JIAN” (劍, JIÀN); SUA BANDEIRA TRAZ O IDEOGRAMA “令” (LÌNG, “ORDEM” OU “COMANDO”).



Fonte: “Illustrated London News, July 14th, 1900”, em Kung-Fu Tea (Benjamin Jundkins).

FIG. 27 – TROPAS DA ALIANÇA DE OITO NAÇÕES (EXCETO RÚSSIA) QUE LUTARAM CONTRA A CHINA EM 1900. DA ESQUERDA PARA A DIREITA, SOLDADOS DA GRÃ-BRETANHA, ESTADOS UNIDOS, AUSTRÁLIA, ÍNDIA, ALEMANHA, FRANÇA, IMPÉRIO AUSTRO-HÚNGARO, ITÁLIA E JAPÃO.



Fonte: C. F. O’Keefe (foto) / Julius Jääskeläinen (colorização), Wikimedia.

Voltemos, porém, aos argumentos de Peter Lorge contrários à importância das AMC no período republicano. Além de observar o anacronismo das tropas chinesas, ele observa que a China de então simplesmente não oferecia um ambiente físico propício ao florescimento de uma “arte nacional” corporal, agregadora, identitária e situada além do aspecto marcial-militar. A nação, então, lutava literalmente pela sobrevivência física e institucional em meio a graves instabilidades políticas e ao descontrole sobre certas partes do território (Fig. 28).

Ambos os argumentos de Lorge são pertinentes, especialmente para o período pós-1937. Eles, porém, não abarcam uma consequência altamente relevante, que, para nós, sinaliza o valor das AMC no imaginário da sociedade chinesa do primeiro período republicano: a trajetória local e global destas artes nas décadas seguintes. Um sucesso que só nos parece possível diante da existência de uma base sólida e vibrante de praticantes (e, também, de um apelo cultural presente, por exemplo, no cinema Wuxia) durante a Primeira República.

FIGURA 28 – SHANGHAI, 1937: EDIFÍCIOS BOMBARDEADOS POR AVIÕES JAPONESES.



Crédito: KBPS Public Media/National Archives.

Não há dúvida de que a China enfrentava uma série de problemas que impactavam gravemente toda a sociedade e a vida cotidiana. No entanto, ao observar o fenômeno editorial relacionado às AMC, com revistas e livros sendo publicados mesmo no período mais crítico da República, entre 1937 e 1949, percebemos uma força singular. O mesmo se verifica em relação à sociabilidade atrelada à prática marcial, visível nas muitas sociedades existentes no período.

A mesma força consolidou um panteão de mestres chineses da época, como Sun Lutang, Gu Ruzhang, Yang Chengfu, Chen Weiming e Cheng Manching. Eles viriam a se tornar referenciais das AMC para as gerações seguintes; muitos, aliás, também foram autores de livros instrucionais.

Outro indício veemente reside na difusão das AMC pelo mundo no pós-1949, conduzida por mestres chineses sem apoio institucional de governos ou das antigas sociedades marciais, que já não existiam. Tomemos como exemplo os mestres chineses que se instalaram no Brasil a partir dos anos 1950: a arte marcial é, simplesmente, um fator indissociável de sua própria identidade.

Mesmo sendo poucos em um país onde nunca houve uma imigração chinesa organizada (não, ao menos, em termos quantitativos), esses indivíduos participaram vivamente da implantação e da popularização das AMC, algo que só foi possível graças a um compromisso pessoal e a um domínio notável dos conhecimentos marciais. Sua mensagem foi testemunhada, transmitida, recepcionada, assumida entusiasticamente e perenizada por não chineses em um cenário de transplantação situado a pelo menos 16 mil quilômetros de seu local de origem.

A mesma força, enfim, que fez com que já nos anos 1950 a República Popular da China iniciasse o desenvolvimento de sua própria configuração de AMC “socialista”, pautada em modelos iniciais e até em mestres consolidados durante o período republicano.

E o que, então, justificaria o sucesso das AMC no período republicano e nas décadas subsequentes? Em princípio, seus limites expandidos: em termos simbólicos e identitários, elas se situam além das funcionalidades militares e mesmo do corpo do praticante – algo que, aparentemente, a República soube captar e reverberar. Ao reunir elementos associados à guerra, representações cavalheirescas, história, medicina, corporeidade, literatura, dança, ópera, religiosidade popular, pensamento, contatos intergeracionais e sociabilidade, as

AMC acabaram por se configurar como uma quintessência chinesa. Evocativa, poderosa e atraente a ponto de se tornar um elemento transnacional.

Algumas considerações sobre a relação entre as artes militares e as AMC na China

No século XIX, as práticas militares chinesas, ainda baseadas em um domínio menos avançado das tecnologias associadas à pólvora (ironicamente, uma invenção chinesa que chegou à Europa no século XIII), tiveram sua efetividade colocada em cheque no confronto com as potências coloniais em episódios como as Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) e a Rebelião dos Boxers (1899-1901) (Spence, 1996).

Essas *práticas militares*, porém, se confundiam apenas parcialmente (em especial, no compartilhamento de certas armas, técnicas e personagens) com as modernas *artes marciais chinesas*, originárias de um processo iniciado na etapa final da dinastia Ming. As AMC tinham origem nas práticas de exército (como no uso de certas armas), mas não apenas nelas.

Suas fontes também estão em milícias locais associadas a clãs, artistas marciais, populações flutuantes, minorias étnicas, grupos profissionais (como mineiros e caravaneiros), sectários e institucionais (como os monges budistas). Além disso, elas também bebiam do (e se embriavam no) teatro e literatura.

Nesses contextos, iam além de um apelo puramente militar, oferecendo elementos relacionados, por muitos chineses, à cultura e à identidade nacionais, assim como ao fortalecimento do corpo e do moral da sociedade.

Se, como já havia observado Qi Jiguang no final do século XVI, as artes marciais de mãos livres não tinham efetividade no campo de batalha – zona de predomínio de armas e tropas trabalhando

juntas –, elas funcionavam, sim, como um excelente caminho de preparação física e mental. Em pequenas estruturas de autodefesa e ataque, caso das milícias organizadas localmente, poderiam ser efetivas, assim como em combates individuais ou em distúrbios do tipo rixa (combate civil generalizado). Elas também possuíam um importante caráter gregário, algo que vemos entre os praticantes brasileiros de Kung-Fu e Tai-Chi-Chuan do século XXI.

Os livros instrucionais, jornais e revistas especializados publicados desde a dinastia Ming, mas especialmente na Primeira República, foram uma parte importante do universo das AMC. Nasceram dessas artes e as alimentaram, colaborando para a sua perenidade, inclusive em contextos geográficos e políticos em que questões como a do nacionalismo chinês não faziam sentido (caso do Brasil dos anos 1960 e 1970).

CONCLUSÃO AO VOLUME 1

Neste primeiro volume de “República Chinesa (1911-1949), Artes Marciais Chinesas e Livros”, buscamos estabelecer alguns pontos relativos à arte marcial chinesa, partindo do Brasil atual e retornando ao cenário da Primeira República Chinesa, período histórico da maior importância para a configuração desse universo de atividades corporais e simbólicas.

Focamos, então, um tema que nos é especialmente caro, inclusive por suas relações com o momento presente das artes marciais chinesas no Brasil, quando, por conta da pandemia da Covid-19, foi aberto um caminho digital para as aulas remotas. Com todas as suas vantagens, possibilidade e, é claro, tensões que surgem com o novo.

Observamos que a cultura chinesa, historicamente tão afeita aos livros e à marcialidade, embarcou muito cedo na possibilidade de ensino a distância pela via bibliográfica. Uma plataforma de conhecimentos das mais importantes, que ganhou enorme força, inclusive por circunstâncias políticas, durante a Primeira República.

Por fim, destacamos alguns dos principais personagens, assim como algumas das principais obras, do período. Livros instrucionais que, como também vimos, se comunicam, diretamente com o Kung-Fu praticado atualmente no Brasil.

Nossa “aventura bibliomarcial” continua no volume 2, que já está em pleno desenvolvimento. Vamos discutir, por exemplo, se se pode considerar que existiu um “modelo” de manual de AMC no pe-

ríodo republicano. Para obter essa resposta, comparamos algumas das principais publicações do período.

A partir daí, nos deslocaremos ao Brasil, país que recebeu mestres de AMC a partir do final dos anos 1950. Vamos buscar conhecer, por exemplo, o mercado local de publicações – livros instrucionais e “inspiracionais” – a partir dos anos do “Boom Kung-Fu” global, na década de 1970.

Por meio de uma pesquisa, vamos saber em que medida os praticantes de AMC do Brasil atual conhecem as publicações do Período Republicano. Esse conhecimento nos permitirá estabelecer uma hipótese relativa à própria transmissão das AMC no Brasil pelos mestres da diáspora: teriam eles retomado ou mesmo “reinventado” uma tradição marcial pré-republicana, mais afeita à transmissão pessoal e menos conectada às possibilidades de ensino a distância?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE BEIJING, turma de graduados de 1919, imagem disponível em <https://bit.ly/34kgptO> (c. 27.01.21).

ACADEMIA SINO-BRASILEIRA DE KUNG-FU, “Kung Fu – versão curta de uma história muito longa”, São Paulo, 1998, 26 p.

ACADEMY FOR CULTURAL DIPLOMACY, “Chinese Diaspora Across the World: A General Overview”, artigo disponível em <https://bit.ly/3dkQJQu> (c. 27.01.21).

À MARGEM DAS ÁGUAS, gravura de Hokusai, imagem disponível em <https://bit.ly/3IRZfmF> (c. 21.08.21)

A OUTRA FACE, filme de John Woo, ficha técnica disponível em IMDB, <https://imdb.to/3hf5iXG> (c. 16.07.21)

APOLLONI, R., “Ponderações sobre o Tai-Chi-Chuan a partir do ‘Taijitu Shuo’ de Zhou Dun Yi”, paper disponível em <https://bit.ly/3bvm5kT> (c. 21.02.21).

_____, “Shaolin à brasileira”: estudo sobre a presença e a transformação de elementos religiosos orientais no Kung-Fu praticado no Brasil. 2004. 221 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2004, 221 p., disponível em <https://bit.ly/3psxgQc> (c. 27.01.21).

_____, “Wuji, Tai-Chi e as Dez Mil Coisas: a cosmogonia chinesa nos textos clássicos do Tai-Chi-Chuan”, in MONTALVÃO, S., “Educação Física nas Ciências da Religião – Disputas, Discussões e Novas Perspectivas”, São Paulo, 1ª edição: edição do autor, 2016, 240 p., pp 203-233.

_____, “A Suprema Cumeeira: considerações de Sūnlùtáng sobre o Tàijíquán (Tai-Chi-Chuan)”, in REVER–Revista de Estudos da Religião 18 (1): 209, maio de 2018, artigo disponível em <https://bit.ly/3eYmAGH> (c. 27.01.21)

BAI, Y., “A Discussion on Early Metals and the Origins of Bronze Casting in China”, em *Chinese Archaeology*, Berlim: De Gruyter/Institute of Archaeology of the Chinese Academy of Sciences, Volume 3 Issue 1, 2001, pp. 157-166.

BALANESKOVIC, S., “Hua Tuo’s Wu Qin Xi (Five Animals Frol-ics) Movements and the Logic behind it”, em *Chinese Medicine and Culture*, Shanghai, Shanghai University of Traditional Chinese Medicine, 2018-01, pp. 127-134, disponível em <https://bit.ly/3uIQybW> (c. 28.02.21)

BANDEIRA DA CHINA – DINASTIA QING, imagem disponível em <https://bit.ly/35ntdJK> (c. 28.02.21)

BANDEIRA DA REPÚBLICA DA CHINA (1928-1949) E DE TAI-WAN, imagem disponível em <https://bit.ly/3KSlpqB> (c. 28.02.21)

BANDEIRA DA REPÚBLICA DA CHINA (1912-1928), imagem disponível em <https://bit.ly/3s2wM6v> (c. 28.02.21)

BODIN, L., WARNER, C., “The Boxer Rebellion”, 1ª edição, Londres: Osprey Publishing, 50 p., 1979.

BOLTZ, W., “The origin and the development of the Chinese writing system”, em *American oriental series*, 78, New Haven: American Oriental Society, 2003, 17 p.

BRUCE LEE, imagem disponível em <https://bit.ly/3GbMPEn> (c. 21.08.21)

BUENO, A., “A arte da guerra chinesa: Uma história da estratégia”, 1ª edição, São Paulo: Madras, 165 p.

BUSWELL, R., LOPEZ, D., “The Princeton Dictionary of Buddhism”, 1ª edição, Princeton: Princeton University Press, 2014, 3709 p.

CERIMÔNIA DE ABERTURA DO PAVILHÃO CENTRAL DE ARTE NACIONAL [DA CHINA], imagem in “1928年, 南京成立中央國術館, 設有少林門和武當門” (1928 *Nián, nánjīng chénglì zhōngyāng guóshù guǎn, shè yǒu shàolín mén hé wǔdāng mén*, “Em 1928, Nanjing estabelece o Pavilhão Central de Arte Nacional [da China] com os portais de Shaolin e Wudang), artigo disponível em <https://bit.ly/3INaahm> (c. 28.01.22)

CHAN, L., The Burning of the Books in China, 213 B.C., artigo publicado in The Journal of Library History (1966-1972), Vol. 7, No. 2 (Apr. 1972), pp. 101-108.

CHANG-SHI, Special Marvel Edition #16, imagem disponível em <https://bit.ly/3g6qe1u> (c. 21.08.21)

CHENG, A., “História do Pensamento Chinês”, 1ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008, 816 p.

COHEN, P., The Anti-Christian Tradition in China”, in The Journal of Asian Studies, Vol. 20, No. 2 (Feb., 1961), pp. 169-180.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KUNGFU WUSHU (CBKW), “Histórico”, disponível em <https://bit.ly/3r7jC9h> (c. 18.02.21).

COSTA, M., “As Cem Escolas de Pensamento e a Medicina Chinesa”, in Revista Brasileira de Medicina Chinesa, Ano X, nº 32, 2020, 71 p., pp. 60-64, disponível em <https://bit.ly/rLBYq> (c. 23.02.21).

DIAGRAMA DE DAOYIN, reprodução do original em <https://bit.ly/3bLc2YY> (c. 28.02.21)

DRÈGE, J., “Les débuts du papier en Chine”, in Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, Persée, École Normale Supérieure de Lyon, 1987, disponível em <https://bit.ly/3pWZG1B> (c. 26.02.21).

EARLY TIBET BLOG, Secrets of the Cave II: The ‘Library Cave’, disponível em <https://bit.ly/3fmrRYJ> (c. 28.01.22)

ENG, W., “Ma Liang – Chinese Martial Arts Modernizer, Warlord and Traitor”, em “Zhongguo Wu Xue”, artigo disponível em <https://bit.ly/3A1StMR> (c. 28.01.22)

EYKHOLT, M., “Agression, Victimization, and Chinese Historiography of the Nanjing Massacre”, em FOGEL, J. (Ed.), “The Nanjing Massacre in History and Historiography, 1ª edição: Berkeley, University of California Press, 2000, 135 p.

ESPADAS RETAS EM BRONZE, Dinastia Han, imagem disponível em <https://bit.ly/307zTJA> (c. 21.08.21)

ESTUDAR FORA, “Cresce importância do mandarim; língua chinesa vai substituir o inglês?”, in Empregos e Carreiras (UOL), 29.11.20, disponível em <https://bit.ly/3ubMdcX> (c. 18.02.21).

FERREIRA, F., “A inserção do Kung Fu no Brasil na perspectiva dos mestres pioneiros”, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2013, 189 p., disponível em <https://bit.ly/2ZqPJI> (c. 27.01.21).

FILIPAK, K., “From Warriors to Sportsmen: How Traditional Chinese Martial Arts Adapted to Modernity”, artigo publicado in Journal of Asian Martial Arts, Vol. 1, Nº 1, 2010, pp. 30-53, disponível em <https://bit.ly/3lm14Og> (c. 15.09.21).

GONG LI QUAN, livro de 1923. Site de leilão em <https://bit.ly/3ADZzCB> (c. 08.09.21).

GUO, Y., “Um Estudo das Armas descobertas no sítio de Erlitou” (二里头遗址出土兵器初探, Èr lǐtōu yízhǐ chūtǔ bīngqì chūtàn), em

Arqueologia de Jiangnan (江汉考古, *Jiānghàn kǎogǔ*), 19.3, ed. 112, 10 p.

HARRINGTON, P., “Peking 1900”, 1ª edição, Londres: Osprey Publishing, 49 p., 2001.

HENNING, S., “The Martial Arts in Chinese Physical Culture, 1865-1965.” in GREEN, T., & SVINTH, J. (Eds.) *Martial Arts in the Modern World*. Westport, Connecticut: Praeger. 13-36.

HONG KONG HERITAGE MUSEUM, “The Art of Chinese Traditional Woodblock Printing”, paper, ND, disponível em <https://bit.ly/3j5uJMt> (c. 21.06.21)

HUARD & LING, “Técnicas e Cuidados do Corpo na China, no Japão e na Índia”, 1ª ed., São Paulo: Summus Editorial, 1990, 317 p.

JI, D., “Primórdios da Imprensa na China Impressos com chapa gravada no início da Dinastia Tang (618-907), in Revista de Cultura, Instituto Cultural (文化局), Macau, vol. 06, ND, pp. 19-25, disponível em <https://bit.ly/34kgPAo> (c. 17.02.21).

JUNDKINS, B., “Inventing Kung-Fu”, em Jomec Journal (05), 2014, disponível em <https://bit.ly/2NaTCc5> (c. 05.02.21).

_____, “Lives of Chinese Martial Artists (12): Tang Hao – The First Historian of the Chinese Martial Arts”, em Kung Fu Tea, artigo disponível in <https://bit.ly/3ExMfkC> (c. 20.09.21).

_____, “A Lost Kung Fu Manual and the Nature of ‘Chinese Boxing’”, in Kung Fu Tea, artigo publicado em <https://bit.ly/3H-dELnJ> (c. 16.07.21)

_____, “The Printing Press and the Sword: How Republic Era Periodicals Shaped the Chinese Martial Arts.”, em Kung Fu Tea, artigo publicado em <https://bit.ly/3rWGW92> (c. 16.07.21)

_____, “Lives of Chinese Martial Artists (21): Zhang Zhijiang, Father of the Guoshu Movement”, in Kung Fu Tea, artigo publicado em <https://bit.ly/3rWGW92> (c. 16.07.21)

_____, “Lives of Chinese Martial Artists (10): Chen Shichao and Chen Gongzhe: Creating the Jingwu Revolution”, em Kung Fu Tea, artigo publicado em <https://bit.ly/3IL9dGb> (c. 16.07.21)

_____, “Ma Liang’s “New Wushu:” Modernizing and Militarizing the Traditional Chinese Martial Arts”, in Kung Fu Tea, artigo publicado em <https://bit.ly/30aZ6CH> (c. 16.07.21)

_____, “Lives of Chinese Martial Artists (10): Chen Shichao and Chen Gongzhe: Creating the Jingwu Revolution”, em Kung Fu Tea, artigo publicado em <https://bit.ly/34gJwhY> (c. 16.07.21)

KENNY, K., “DIASPORA—A Very Short Introduction”, 1ª ed., Oxford: Oxford University Press, 2012, 136 p.

KIAN-CHOW, K., “The Tomb of Fu Hao”, dissertação apresentada ao Department of Fine Arts da Universidade da Colúmbia Britânica, Canadá, 246 p., 1984.

KOHN, L., “Chinese Healing Exercises—The Tradition of Daoyin”, 1ª edição: Honolulu, Latitude 20/Hawai'i University Press, 2008, 283 p.

KUMAR, P., “Sports Medicine, Physiotherapy and Rehabilitation”, 1ª ed., Delhi: Friends Publications, 2020, 248 p.

LIVRO DE HAN, cópia digital disponível em “Institut de Recherche sur le Sud-Est Asiatique”, <https://bit.ly/34hmv2e> (c. 21.08.21)

LIVRO DE MA LIANG – BASTÃO, imagem disponível em <https://bit.ly/3s2AWvg> (c. 21.08.21)

LIVRO DA JINGWU, cópia digitalizada disponível em <https://bit.ly/2TFqLPW> (c. 16.06.21).

LIVRO DA JINGWU, tradução para o inglês em Brennan Translation, disponível em <https://bit.ly/3r9GtB7> (c. 16.06.21).

LU, Z., “Politics and Identity in Chinese Martial Arts”, 1ª ed., Nova Iorque: Routledge – “Routledge Research in Sport, Culture and Society”, 232 p., 2018.

MAIR, V., CHEN, S. e WOOD, F., “Chinese Lives–The People who made a civilization”, 1ª edição, Londres: Thames & Hudson, 2013, 279 p.

MAPA China/Guangdong e Hong Kong, imagem disponível em <https://bit.ly/3r9SOft> (c. 21.08.21)

MAPA Guangdong e Hong Kong, imagem disponível em <https://bit.ly/3IQAXJH> (c. 21.08.21)

MARK, J., “Mulan: The Legend Through History”, in World History Encyclopedia, artigo publicado em 07.07.20 e disponível em <https://bit.ly/3bTQolx> (c. 02.03.21)

MECANISMO DE GATILHO DE BESTA, Dinastia Han, imagem disponível em <https://bit.ly/3H5GYSd> (c. 21.08.21)

MESTRA CHEN SHICHAO, imagem disponível em <https://bit.ly/3rbQmOO> (c. 05.02.21).

MIKANOWSKI, J., “A Secret Library, Digitally Excavated”, in The New Yorker, artigo publicado em 09.10.13 e disponível em <https://bit.ly/33Y7sGQ> (c. 28.01.22)

MURRAY, D., “The Origins of the Tiandihui–The Chinese Triads in Legend and History”, 1ª edição, Stanford: Stanford University Press, 1994, 350 p.

PEERS, C., e MCBRIDE, A., “Ancient Chinese Armies 1500-200 BC”, 1ª edição, Londres: Osprey Publishing, 1991, 51 p.

PÓLVORA, fórmula, imagem disponível em <https://bit.ly/3AGetYN> (c. 28.01.22)

PRÉDIO DA ACADEMIA CENTRAL DE ARTE NACIONAL EM NANJING, imagem disponível em <https://bit.ly/3g7WK3e> (c. 21.08.21)

QI, J., “Qi Jiguang’s Boxing Classic”, disponível em <https://bit.ly/2OY7YxO> (c. 20.01.21).

_____, “Qi Jiguang’s Boxing Classic”, edição facsimilar com textos transcritos em chinês, in 中國哲學書電子化計劃 (*Zhōngguó zhé-xué shū diànzǐ huà jìhuà*–Projeto de Textos Eletrônicos em Chinês), Universidade de Zhejiang (fonte do texto), disponível em <https://bit.ly/3f3rtij> (c. 20.01.21).

QIN SHUSHENG, biografia, disponível em <https://bit.ly/34bHT4Z> (c. 29.09.21)

ROBINSON, J., “Shanghai 1937: Where World War II Began”, artigo publicado em 29.04.2019 e disponível em <https://bit.ly/3uapi4o> (c. 26.08.21)

SÁNCHEZ, J., “Ah Gan’s Don Quixote (魔俠傳之唐吉德, 2010): Sun Tzu, Sun Bin, and the Warrior Spirit of the Chinese Knight of La Mancha”,

in WARSHAWSKY, M., e PARR, J. (Ed.), *Don Quixote: Interdisciplinary Connections*, 1ª ed.: Newark, Juan de la Cuesta, 2012 306 p., pp. 107-135.

SAWYER, R., “Ancient Chinese Warfare”, 1ª edição, Nova Iorque: Basic Book, 2011, 554 p.

_____, “The Seven Military Classics of China”, 1ª edição, Boulder: Westview Press, 1996, 568 p.

SHAHAR, M., “O Mosteiro de Shaolin – história, religião e as artes marciais chinesas”, 1ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2011, 349 p.

SHAHAR, “Crazy Ji – Chinese Religion and Popular Literature”, 1ª edição, Harvard: Harvard University Press, 1999, 348 p.

SHAOLIN DO SERTÃO, resenha do filme em “Adoro Cinema”, edição de 13.10.16 disponível em <https://bit.ly/3lBIUIb> (c. 18.03.21).

SHIZUKA, S. (白川静), 漢字の世界へ (“*Kanji no sekai he*”), 1ª edição, Tóquio: Heibonsha (平凡社), 2011, 288 p.

SILBERGELD, J., “Mawangdui, Excavated Materials, and Transmitted Texts: A Cautionary Note”, in *Early China*, Vol. 8 (1982–83), Society for the Study of Early China, Dartmouth College, Hanover (New Hampshire), pp. 79-92.

SILVA, J., “O Imaginário é uma realidade”, entrevista de Michel Maffesoli a Juremir Machado da Silva, in *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 15, agosto 2001, pp. 74-82, disponível em <https://bit.ly/3pyPOhQ> (c. 27.01.21).

SPENCE, J., “Em busca da China Moderna”, 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 960 p.

SPENCE, J., “O Palácio da Memória de Matteo Ricci”, 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2021, 360 p.

STEVENS, K., “Chinese Gods – The unseen world of spirits and demons”, 1ª edição, Londres: Collins & Brown, 192 p.

SILBEY, D., “The Boxer Rebellion and the great game in China”, 1ª edição: St. Martins Press, 273 p., 2013.

SUN, L., “孙禄堂武学集注6册:形意拳+八卦拳+太极拳+八卦剑+拳意述真+孙禄堂武学思想”, 1ª edição, Beijing: Editora de Ciência e Tecnologia de Beijing (北京科学技术出版社), 2016.

_____, “A Study of Taijiquan”, tradução para o inglês de CARTMELL, TIM, 1ª edição, 2003: Blue Snake Books, 2003, 232 p.

_____, “The Study of Bagua Quan: Bagua Quan Xue”, tradução para o inglês de FICK, F., 1ª edição, 2013: Createspace Independent Publishing Platform, 2013, 122 p.

_____, “The Study of Xing Yi Quan: Xing Yi Quan Xue”, tradução para o inglês de FICK, F., 1ª edição, ND: Createspace Independent Publishing Platform, 2014, 202 p.

_____, “The Study of Bagua Sword”, tradução para o inglês de FICK, F., 1ª edição, ND: Createspace Independent Publishing Platform, 2014, 92 p.

_____, “Xing Yi Quan Xue: The Study of Form-Mind Boxing”, tradução para o inglês de LIU, A., 1ª edição, ND: Unique Publications, 2000, 312 p.

_____, “Classical Baguazhang Volume XIII: Sun Style Baguazhang”, tradução para o inglês de CRANDALL, J., 1ª edição, ND: Smiling Tiger Martial Arts, 2002.

_____, “Classical Baguazhang: Sun Style Baguazhang: Bagua Quan Xue and Bagua Jian Xue”, tradução para o inglês de CRANDALL, J., 1ª edição, ND: Smiling Tiger Martial Arts, 2002.

TAI-CHI-CHUAN, livros instrucionais do Período Republicano, imagem disponível em <https://bit.ly/3AGfPCR> (c. 21.08.21)

TER HAAR, B., “Ritual & Mythology of the Chinese Triads”, 1ª ed., Leiden: Brill’s Scholars List, 1997, 577 p.

THURNBULL, S., e DENNIS, P. (ilustrador), “The Samurai Invasion of Korea 1592-1598”, 1ª edição, Oxford: Osprey Publishing, 96 p., 2008.

TWITCHETT, D., e FAIRBANK, J., “The Cambridge History of China—Volume 7—The Ming Dynasty, 1368-1644, Part I”, Cambridge, 6ª reimpressão: Cambridge University Press, 2008, 859 p.

YANG, J., “The Root of Chinese Qigong”, 2ª edição, Wolfboro (NH): YMAA Publishing Center, 1997, 319 p.

YI JIN JING, livro de 1874, imagem disponível em <https://bit.ly/3g6rIZr> (c. 21.08.21)

ZHANG, Y., “The Art of Swordmanship—A Manual of Taiji Jian”, 1ª edição, Nova Iorque: Weatherhill, 1998, 287 p.

ZHU, L., “Try classical indoor exercise: Wu Qin Xi”, in China Daily, ed. online de 16.03.20, disponível em <https://bit.ly/3qzBJSB> (c. 17.02.21).

中國哲學書電子化計劃 (*Zhōngguó zhéxué shū diànzǐ huà jìhuà*, Projeto Eletrônico de Textos [Documentos] de Filosofia Chinesa), disponível em <https://bit.ly/39N25cW> (c. 29.09.21).

SOBRE OS AUTORES

Rodrigo Wolff Apolloni é jornalista profissional, mestre em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2001) e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2011). É professor de Tai-Chi-Chuan e Esgrima Chinesa no Centro Ásia, em Curitiba. Realiza estágio de pós-doutoramento em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2021-22), sob a orientação do professor doutor José Otávio Aguiar. Integra o grupo de pesquisa Caminhos Marciais, Humanidades e Educação Integral (EDUCAM) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Contato: rwapolloni@gmail.com. ORCID: 0000-0003-3233-2985.

José Otávio Aguiar é doutor em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003) e professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde leciona na graduação e nos programas de Pós-Graduação em História e Recursos Naturais. Contato: j.otavio.a@hotmail.com. ORCID: 0000-0003-0489-3670.

Formato *15x21 cm*
Tipologia *Alegreya*
Nº de Pág. *97*

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

